

denúncias

Mesa nega recurso contra arquivamento

página 5



WALDEMAR BARRETO

Sérgio Guerra (E), Tasso Jereissati e Romero Jucá conversam na reunião do Conselho de Ética que arquivou todas as ações

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 3.080/231 — Brasília, 24 a 30 de agosto de 2009

EDIÇÃO SEMANAL

ALEXANDRE GIRÃO



Soldados brasileiros em Cité Soleil, um dos bairros mais pobres de Porto Príncipe

Tropas do Brasil ajudam a abrandar o drama do Haiti

páginas 8 e 9

Chega ao Senado MP que socorre municípios

Assuntos diversos são tratados na medida provisória que ajuda prefeituras a enfrentar diminuição de repasses do FPM

A MP 462 chega trancando a pauta do Senado. Ela inclui assuntos diversos como a redução de juros cobrados nas renegociações de dívidas com a União, utilização de recursos federais em estradas estadualizadas e liberação de recursos do FGTS para imóveis adquiridos por meio

de consórcios. Os senadores poderão ainda buscar alternativas para minimizar o impacto da decisão do Supremo sobre o fim do crédito-prêmio do IPI. A MP é considerada a última a incluir os chamados “contrabandos” – temas que não dizem respeito ao objeto da medida.

página 3

cidadania

Lei dá a autônomo chance de sair da informalidade

página 16

ANA VOLPE/US



Fernanda Veras, que fabrica joias artesanais em oficina no fundo de sua casa, em Brasília, pode se tornar uma microempreendedora individual

institucional

Senado pode economizar R\$ 376 mi

página 13

agora é lei

Rendimento de aluno deve ser informado

página 4

Em debate, apoio a criança com câncer

A assistência às crianças e aos adolescentes com câncer deve ser debatida na terça-feira pela Comissão de Assuntos Sociais. A audiência pública integra o ciclo de debates destinado a avaliar os 20 anos de existência do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram convidados representantes de várias entidades da área de oncologia pediátrica.

página 2

e mais...

projetos aprovados	5
ambiente legal	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



agenda

Assistência à criança com câncer é tema de debate

Audiência na Comissão de Assuntos Sociais é parte de ciclo de discussões sobre os 20 anos de existência do Sistema Único de Saúde

As políticas sociais e de assistência ao câncer infanto-juvenil serão o tema de audiência que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza nesta terça-feira como parte do ciclo de debates destinado a avaliar os 20 anos de existência do Sistema Único de Saúde (SUS). A audiência é realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ligada à CAS.

Foram convidados Maria Tereza Fonseca da Costa, do Instituto Nacional do Câncer (Inca); Francisco Neves, do Instituto Ronald McDonald; Renato Melaragno, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope); e Rilder Flávio de Paiva Campos, da Confederação Nacional dos

Institutos de Apoio à Criança com Câncer (Coniacc).

A iniciativa do debate partiu da presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que englobou requerimentos de Flávio Arns (PT-PR), Inácio Arruda (PCdoB) e Augusto Botelho (PT-RR). Os debates vão ocorrer até o fim de 2009. Ao final, sugestões de melhorias na saúde pública serão levadas ao ministro da Saúde.

Leite especial para filho de portadora do HIV

Nesta quarta-feira, a pauta da CAS tem 14 itens. Será votado, em caráter terminativo, o parecer de Rosalba ao PLS 210/02, do então senador Mauro Miranda, que poderá garantir o fornecimento gratuito do leite especial "mater-

nizado" para os filhos de mães portadoras do HIV ou doentes de AIDS, visando evitar o contágio dos bebês pela amamentação. O projeto tramita em conjunto com o PLS 352/03, do então senador Luiz Otávio, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos de uso contínuo.

Também terminativamente, a CAS analisará o substitutivo de Lobão Filho (PMDB-MA) ao PLS 160/2009, de Serys Slhessarenko (PT-MT), que define a atividade de diarista. O texto estabelece que a prestação de serviços pelo diarista por até três dias na semana não gera o vínculo empregatício. Além disso, estabelece que o diarista deve estar inscrito no INSS, como contribuinte individual ou facultativo, e efetuar sua própria contribuição.

Projeto que extingue o Conselho de Ética está na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá analisar na quarta-feira projeto de resolução que extingue o Código de Ética e Decoro Parlamentar. A matéria – PRS 15/03, do senador Tião Viana (PT-AC) – revoga a Resolução 20/93, que instituiu o colegiado. Tramita em conjunto com o PRS 3/07, do senador Osmar Dias (PDT-PR), e o PRS 35/07, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

O relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), apresentou parecer defendendo a rejeição dos três projetos.

O PRS 3/07, de Osmar Dias, altera a Resolução 20 para precisar o momento em que o processo de cassação deve ser considerado como iniciado, para os efeitos do que determina a Constituição no que diz respeito a renúncia do parlamentar submetido a processo que possa levar à perda do mandato. A proposta é que o processo de cassação seja considerado iniciado com o despacho de conhecimento de qualquer



GERALDO MAGELA

O projeto de Tião Viana tramita em conjunto com outras propostas sobre o Conselho de Ética

denúncia ou representação pelo Conselho de Ética.

Por sua vez, o PRS 35/07, do senador Mozarildo Cavalcanti, estabelece critério para a composição do Conselho de Ética. A proposta é que cada partido indique um único membro efetivo e um suplente. A justificativa do senador é que a medida ajudaria a assegurar a neutralidade e a diminuir a politização do Conselho.

ENDIVIDAMENTO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realizará, na quarta-feira, audiência pública para discutir o endividamento de produtores rurais brasileiros. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado também deverá participar da reunião. Estão convidados para os debates os presidentes de organizações cooperativistas e entidades representativas dos setores agrícola e pecuário.

PRODUÇÃO DE SUCO

Denúncias de concentração econômica na citricultura serão debatidas em audiência nesta terça-feira, nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura (CRA). Serão ouvidos representantes das indústrias exportadoras de suco, dos produtores de laranja e do governo federal. A audiência foi solicitada por Eduardo Suplicy (PT-SP) e Augusto Botelho (PT-RR). Segundo notícia do jornal *Valor Econômico*, apenas quatro grupos processam suco de laranja no país.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza, na quarta-feira, audiência pública para debater radiodifusão comunitária e radiodifusão educativa. O debate foi requerido por Papaléo Paes (PSDB-AP) e João Ribeiro (PR-TO), que alegam ter constatado o descumprimento de normas que regulam os serviços. Foram convidados representantes do Ministério das Comunicações, da Anatel, da Abert e de outras entidades.

PRESÍDIOS FEMININOS

O Plenário do Senado tem sessão deliberativa na terça-feira, para examinar pauta com 46 itens, entre os quais projeto que determina a contratação apenas de mulheres no efetivo de segurança interna das penitenciárias femininas. De autoria do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), o Projeto de Lei da Câmara 48/07 recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), elaborado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

comissões

Segunda-feira

10h – PROCESSO PENAL

CPP – Debate no Tribunal de Justiça do Espírito Santo com especialistas em Direito sobre proposta de reformulação do Código de Processo Penal. Foram convidados o governador do estado, Paulo Hartung; o prefeito de Vitória, João Coser; o presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, deputado Elcio Álvares; os senadores Gerson Camata e Magno Malta; procuradores da República, advogados, defensores públicos, peritos criminais, juizes e delegados federais.

18h – INFRAESTRUTURA

Energia – No ciclo sobre Desafios estratégicos setoriais – Agenda 2009-2015, a comissão debate o tema "Energia: recursos energéticos e desafios estratégicos". Estão convidados, entre outros, o professor Jerson Kelman, da Coordenação de Programação de Pós-Graduação em Engenharia, Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Planejamento em Energia, e Nelson Hubner, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Terça-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS E SUBCOMISSÃO DA SAÚDE

Câncer infantil – As duas comis-

sões debatem políticas sociais e de assistência às políticas sociais e de assistência ao câncer infanto-juvenil. A audiência faz parte de um ciclo de debates sobre o atendimento à saúde no Brasil, em especial no Sistema Único de Saúde (SUS). Estão convidados os médicos Maria Tereza Fonseca da Costa, do Instituto Nacional do Câncer; Francisco Neves, do Instituto Ronald McDonald; Renato Melaragno, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica; e Rilder Flávio de Paiva Campos, da Confederação Nacional dos Institutos de Apoio à Criança com Câncer.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS E AGRICULTURA

Citricultura – Audiência pública conjunta para debater o intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira. Participam do debate os presidentes Arthur Badin, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Flávio de Carvalho Pinto, da Associação Brasileira dos Citricultores; e Christian Lohbauer, da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos.

11h – EDUCAÇÃO

Pré-vestibular – O primeiro item da pauta trata da oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio. Outro projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Recall – Entre os 23 itens em pauta, projeto que altera o Código de defesa do Consumidor para proibir a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado. Outro determina a forma de realização de campanhas de chamamento dos consumidores (recall), relativas à periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo.

14h – CPI DA PETROBRAS

Depoimentos – Os senadores ouvem o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Legatti; e o gerente de Engenharia de Custos e Estimativas de Prazos da Petrobras, Sérgio Santos Arantes.

Quarta-feira

9h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eleições – Os senadores debatem a reforma eleitoral aprovada pela Câmara dos Deputados, que libera o uso da internet nas campanhas para as eleições do próximo ano. Este será o terceiro

debate sobre o assunto.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Terras indígenas – Com 43 itens na pauta, a comissão analisa projeto de emenda à Constituição (PEC) que atribui competência privativa ao Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas.

10h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rádios – Debate sobre radiodifusão comunitária e educativa, dado o descumprimento de normas legais que regulam os serviços. Entre os convidados, o consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Profissões perigosas – Um dos projetos em análise altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para incluir, entre as hipóteses que geram pagamento de adicional de periculosidade, as atividades profissionais que exponham o trabalhador a risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física, como vigilantes e salva-vidas.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Defensoria pública – Debate sobre projeto que altera lei que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos estados.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

10h – Sessão especial Homenagem – Comemoração do Ano da França no Brasil.

14h – Sessão deliberativa Ordem social – Na pauta, proposta de emenda à Constituição (PEC 7/08) determinando que os objetivos da ordem social, de bem-estar e justiça social, serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social, a serem estabelecidos em lei complementar.

Quarta-feira e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

Chega ao Senado MP de ajuda a municípios

Câmara transferiu aos senadores decisão sobre fim do crédito-prêmio do IPI



Carregamento no porto de Paranaguá: exportadores que perderam crédito-prêmio do IPI têm dívida de R\$ 50 bilhões

SAULO CRUZ/FILIPK

Editada para ajudar as prefeituras a enfrentar a diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em função da crise financeira internacional, a Medida Provisória 462/09 chega ao Senado trancando a pauta de votações. Para conseguir votar a matéria antes de 27 de setembro, quando acaba o prazo de vigência da MP, os senadores precisarão deliberar sobre assuntos tão variados quanto a redução de juros cobrados nas renegociações de dívidas com a União, a utilização de recursos federais em estradas estaduais e a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para imóveis adquiridos por meio de consórcios.

A MP aborda assuntos bastante polêmicos, alguns deles, inclusive, vetados pelo governo em outras MPs. Esta é considerada a última MP a incluir emendas chamadas de “contrabandos”, já que o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), instituiu como regra não mais aceitar alterações que não guardem relação direta

com o assunto tratado no texto encaminhado pelo Executivo.

Entre os temas polêmicos inseridos na MP está a substituição da Selic (Taxa do Sistema de Liquidação e Custódia de Títulos Federais) na correção das dívidas renegociadas pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O texto do deputado Sandro Mabel (PR-GO), aprovado na quarta-feira, contra a posição dos governistas, estabelece que a nova taxa será equivalente à média aritmética entre a Selic (8,75% ao ano) e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, de 6% ao ano). Há menos de três meses, cláusula semelhante incluída pela Câmara em outra medida provisória (MP 449/09) acabou vetada pelo presidente Lula.

Diante disso, alguns deputados levantaram, na semana passada, a possibilidade do governo deixar a MP expirar no Senado para evitar novos desgastes ao presidente. “A ideia é votar”, rebateu o líder do

governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), adiantando que haverá vetos, se for necessário.

Algumas derrotas impostas ao governo poderão ressurgir no Senado por meio de emendas de relator. Uma delas foi a dispensa do licenciamento ambiental nas obras de pavimentação, adequação e ampliação das rodovias federais.

O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) deve voltar à carga para conseguir flexibilizar a exigência de licenciamento e dar celeridade a essas obras em 2010, quando serão disputadas as eleições presidenciais. O deputado Sarney Filho (PV-MA) avisou que a bancada, que agora pode ter o reforço da senadora Marina Silva, vai se mobilizar para novamente derrubar a medida se ela for ressuscitada. “Essa matéria já foi objeto de emenda na MP 452/08, a do Fundo Sobrano”, lembrou Sarney Filho.

“MPs com contrabandos” não serão mais aceitas, diz Temer

Emenda do Senado poderá ajudar setor exportador

Poderá ser articulada no Senado uma emenda à MP 462 para suavizar o impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 13 de agosto, que confirmou por unanimidade que o crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi extinto em 5 de outubro de 1990. As empresas exportadoras que perderam o benefício fiscal, utilizado para abater o recolhimento de outros tributos federais, como o Imposto de Renda e o PIS/Cofins, poderiam obter uma espécie

de anistia de juros e multas sobre as devoluções que terão de fazer aos cofres da Receita Federal.

A alternativa de apresentar a emenda está sendo discutida no âmbito técnico, mas já obteve apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Acho muito razoável o Senado oferecer alternativa para o setor exportador, principalmente em função da crise”, disse o deputado Armando Monteiro (PTB-PE), que preside a entidade. O deputado esclareceu que a CNI respeita a

decisão do STF e que não está se movimentando para recriar o benefício por meio de emenda no Senado.

A estimativa da Receita é de que a compensação do crédito-prêmio no pagamento de outros tributos poderia gerar um rombo de R\$ 288 bilhões. Pelos cálculos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as empresas terão de devolver aos cofres federais cerca de R\$ 50 bilhões por conta de utilização de crédito-prêmio de 1990 a 2002.

Como ficou a MP 462 aprovada na Câmara

Pontos do texto

- apoio financeiro às prefeituras para compensar perdas com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em decorrência da crise financeira (crédito de R\$ 1 bilhão já repassado aos cofres municipais em maio);
- aumenta a participação da União no Fundo de Garantia para a Construção Naval de R\$ 1 bilhão para R\$ 5 bilhões, incluindo atividades petrolíferas, como construção de navios e de plataformas flutuantes, entre as garantidas pelo fundo;
- protege créditos do Banco Central em instituições financeiras que sofram intervenção, liquidação extrajudicial ou falência;
- institui em lei procedimentos já adotados na gestão do Bolsa Família e cria o Índice de Gestão Descentralizada para aferir a qualidade na gestão das tarefas pelos entes federativos.

Alguns dos principais itens incluídos por emendas (chamados contrabandos)

- autoriza o parcelamento em 120 meses de todos os débitos dos municípios com a União provenientes de convênios cujas prestações de contas não foram realizadas até 31 de dezembro de 2008; a correção, hoje pela Selic, será pela média aritmética dos valores das taxas Selic (8,75% ao ano) e TJLP (6% ao ano);
- esse mesmo critério de correção será adotado para as dívidas renegociadas no âmbito do chamado Refis da crise (MP 449, que resultou na Lei 11.941/09)
- dispositivo semelhante, com atualização pela TJLP ou 60% da Selic, foi vetado na MP 449;
- prorroga de dezembro de 2010 para dezembro de 2012 o prazo para que o Dnit possa aplicar recursos federais em rodovias transferidas para os estados;
- retira a incidência da contribuição previdenciária sobre os pagamentos em espécie do vale-transporte feitos por prestadoras de serviços, conforme acordos coletivos firmados entre janeiro de 2000 e julho de 2009; acordos não irão mais prever vale em espécie;
- estabelece que a despesa do empregador com planos de saúde ou seguro saúde dos seus empregados não tem natureza salarial e não se incorpora à remuneração do empregado, não constituindo, portanto, base de incidência da contribuição previdenciária e FGTS, não configurando também rendimento tributável do trabalhador;
- retira da base de cálculo das contribuições previdenciárias a produção rural destinada ao plantio e reflorestamento, bem como o produto animal destinado à reprodução e utilização como cobaias em pesquisas científicas;
- estende crédito presumido de PIS e Cofins para insumos empregados no biodiesel;
- altera a lei que trata de bens imóveis de domínio da União para permitir a legalização de construções sobre lagos, rios e qualquer corrente de água pública, contíguos a imóveis da União afetados ao regime de aforamento ou ocupação;
- permite o uso do FGTS para pagamento de prestação e quitação de imóvel residencial adquirido por meio de consórcio;
- institui o número único de Registro de Identidade Civil e o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil;
- altera o Código de Trânsito Brasileiro para autorizar a autoridade portuária ou a concessionária do porto a realizar convênios com objetivo de facilitar a autuação quando descumprida a legislação.



investigações



Lina (ao lado de Demostenes) reiterou que ministra lhe pediu que agilizasse investigações sobre empresas de Fernando Sarney

Lina Vieira aceita fazer acareação com ministra

Ex-dirigente da Receita Federal diz não lembrar dia e hora do encontro e concorda em ficar frente a frente com Dilma Rousseff, que desmente reunião

A ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira confirmou, em depoimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que manteve, no fim do ano passado, um encontro com a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, que teria solicitado a ela que “agilizasse a fiscalização nas empresas” do empresário Fernando Sarney. Lina classificou de “incabível” o pedido, mas disse que não se sentiu pressionada.

No entanto, a ex-dirigente da Receita não apresentou qualquer prova desse encontro. “Não me lembro do dia e do horário do encontro. Recordo-me apenas que a ministra Dilma me chamou ao seu gabinete através de sua secretária, Erenice Guerra”, admitiu a ex-secretária. Disse que o encontro durou dez minutos.

Ao fim do depoimento, Lina Vieira fez questão de manter o teor da entrevista ao jornal *Folha*

de *S. Paulo*, em que revelou ter recebido de Dilma pedido para agilizar investigação fiscal da Receita em empresas do filho do presidente do Senado. Ela descreveu repetidas vezes, em detalhes, o trajeto que fez até encontrar-se com a ministra.

Dilma Rousseff nega o encontro e já desafiou Lina a provar o que disse ao jornal, desafio repetido pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na CCJ, os governistas também pressionaram por evidências dos fatos. Para justificar a falta de provas e de registro do encontro em sua agenda, Lina alegou que a audiência, no gabinete da ministra, a pedido de Dilma, teve caráter reservado.

Senadores governistas, entre eles o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), advertiram a ex-secretária de que ela teria infringido normas que regem a conduta dos servidores públicos ao deixar de relatar aos superiores fato que

considera anormal – o que caracterizaria ato de prevaricação.

Para a líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), ao negar no depoimento à CCJ que tenha sido alvo de coação para encerrar o processo fiscal, Lina Vieira teria caído em contradição com o que afirmou na entrevista. “Ou a senhora mentiu para a *Folha* ou mentiu aqui”, afirmou Ideli.

Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestou solidariedade à depoente, condenando a forma “agressiva e hostil” com que alguns senadores da base de apoio ao governo estavam tratando a convidada.

Autor do pedido para ouvir a ex-secretária na CCJ, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse acreditar que o encontro ocorreu e que a ministra Dilma agiu de forma “ilegal, antiética e indevida” ao tentar interferir em processos em andamento na Receita.

Suspeito fica calado e pode ser reconvocato

O ex-secretário de Administração da Prefeitura de Coari (AM) Adriano Teixeira Salan negou-se a responder à maioria das perguntas do presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES). O depoente repetiu diversas vezes que exercia um direito constitucional (não produzir provas contra si mesmo) e respondeu apenas a questões triviais que não dizem respeito às investigações contra ele.

Os outros dois convocados não compareceram à reunião da última terça-feira: o juiz do Trabalho de Tefé (AM), Antônio Carlos Branquinho, e o secretário de Comunicações da prefeitura de Coari, Valcione Tavares. Magno Malta informou que ambos serão reconvocados coercitivamente.

Malta leu diversos trechos de gravações telefônicas interceptadas pela Polícia Federal que



Salan (D) negou-se a responder à maioria das perguntas feitas por Magno Malta. O depoente é acusado de agenciar menores e abusar sexualmente de crianças

mostram conversas de Adriano Teixeira Salan com outros investigados. Os trechos lidos sugerem o envolvimento do depoente no agenciamento de menores.

– Você está sendo investigado e acusado de ser agenciador e

abusador de crianças – afirmou o senador.

Diante do silêncio do depoente, Magno Malta informou que pretende reconvocar diversos outros investigados com o objetivo de promover acareações entre todos, inclusive o próprio Salan.

MP vê tráfico de influência em pagamento a usineiros

Representantes do Ministério Público Federal e do MP do Distrito Federal afirmaram à CPI da Petrobras que há suspeita de tráfico de influência em pagamentos feitos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a sindicatos de usineiros em dezembro de 2008, a título de cumprimento de ação judicial. Os procuradores José Robalinho Cavalcanti e Ana Carolina Rezende disseram que o acordo com os sindicatos, que levou ao pagamento de R\$ 178 milhões – valor que eles consideram superior ao devido de fato aos usineiros –, não passou pelo crivo do Ministério Público Federal.

Entre os vícios apontados pelos procuradores estão a suspeita de tráfico de influência e indícios de que uma pessoa estranha ao processo teria recebido R\$ 50 milhões. Cavalcanti chegou a citar o nome do deputado José Mentor (PT-SP) como alguém que teria atuado junto à ANP em favor dos usineiros.

Outro questionamento apresentado pelos procuradores diz respeito à forma como foram feitos os pagamentos. Contrária

à posição da Advocacia-Geral da União, o MP entende que o pagamento deveria ser feito por meio de precatórios.

O órgão instaurou inquérito para verificar a legalidade da operação. Na avaliação do procurador Cavalcanti, os elementos trazidos ao MP já são suficientes para a abertura de processo judicial.

Haroldo Lima, diretor-geral da ANP, disse que o pagamento da dívida foi determinado após disputa judicial com os usineiros, em que estes alegavam prejuízos causados pela extinção de subsídios concedidos desde o governo Fernando Henrique Cardoso. O diretor sustentou que o acordo foi aprovado pela Advocacia-Geral e pelo Tribunal de Contas da União, e que não se responsabilizava pela ausência de verificação por parte do Ministério Público.

Também explicou que, após a abertura de crédito especial pelo Congresso Nacional, o pagamento foi feito de forma proporcional a cada sindicato. Lima informou que, ao todo, o processo tramitou por quatro anos e nove meses.



Haroldo Lima (E) e os senadores João Pedro e Romero Jucá: dirigente da ANP disse que nunca foi informado pelo MP sobre indícios de irregularidades

agora é lei

Escola deve informar família sobre rendimento de aluno

A Lei 12.013/09, que entrou em vigor este mês após ser sancionada pelo presidente Lula, determina que as escolas têm a obrigação de informar pai e mãe – conviventes ou não com seus filhos – e, na sua falta, os responsáveis legais, sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica. O objetivo da medida é integrar mais as escolas com a família e com a sociedade.

A proposta que deu origem à lei é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). De acordo com ele, a redação anterior do inciso VII da LDO dava margem a que, em caso de separação, pai ou mãe, pelo fato de não mais terem convivência com os filhos, poderiam deixar de receber informações necessárias

para o acompanhamento escolar dos filhos.

A nova lei estabelece ainda que as escolas devem prover meios para a recuperação dos alunos com baixo rendimento e enviar ao conselho tutelar do município, ao juiz da comarca e ao Ministério Público a relação dos alunos com faltas acima de 50% do percentual permitido.

O texto alterou o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96, que trata das incumbências das instituições de ensino no país, entre elas a elaboração e execução de proposta pedagógica, administração de pessoal e de recursos materiais e financeiros, articulação com as famílias e com a comunidade, para criar processos de integração da sociedade com a escola, entre outras.

conselho de ética

Denúncias são arquivadas pelos senadores

Integrantes do conselho confirmam decisão do presidente Paulo Duque de não abrir investigação sobre 11 acusações contra Sarney e uma contra Arthur Virgílio. Recurso do PSOL para levar o assunto ao Plenário foi recusado pela 2ª vice-presidente do Senado

O arquivamento de cinco representações e seis denúncias contra o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da representação do PMDB contra o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) foi confirmado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na quarta-feira passada.

Os recursos contra a decisão inicial, tomada pelo presidente do conselho, Paulo Duque (PMDB-RJ), foram rejeitados, no caso de Sarney, pela maioria dos senadores (8 x 7 e 9 x 6) e por unanimidade (15 x 0), em relação a Virgílio.

As denúncias contra Sarney foram rejeitadas com os votos decisivos da bancada do PT. Os três senadores do partido – Ideli Salvatti (SC), Delcídio Amaral (MS) e João Pedro (AM) – seguiram orientação da direção nacional, o que provocou uma crise interna na bancada (*leia texto abaixo*) e a possível desfiliação do senador

Flávio Arns (PR), insatisfeito com a postura assumida pela legenda.

No dia seguinte, o PSOL apresentou recurso, assinado por 11 senadores de diversos partidos, para que o Plenário reveja a decisão do conselho de não investigar as acusações contra Sarney. A 2ª vice-presidente, Serys Slhessarenko (PT-MT), não recebeu o pedido encabeçado pelo PSOL, por considerá-lo “incabível”. Nota técnica da Consultoria Legislativa na qual Serys se baseou argumenta que “o tema se esgota no âmbito do próprio Conselho de Ética”.

As seis denúncias contra Sarney foram apresentadas ao Conselho de Ética pelo senador Arthur Virgílio em junho e julho, sendo que duas contam também com a assinatura do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Das representações contra o presidente do Senado, duas são do PSOL e três, do PSDB.



Virgílio (2º à esq.), entre os senadores Gim Argello, Paulo Duque, Marconi Perillo e Gilvam Borges, no Conselho de Ética

Decisão divide PT: líder ameaçou renunciar e Arns pode deixar partido

O arquivamento das ações contra o presidente do Senado, José Sarney, pelo Conselho de Ética, dividiu o PT. O senador Aloizio Mercadante (SP) chegou a anunciar que deixaria a liderança do partido (*leia mais na pág.*



Flávio Arns

12), por discordar da orientação do presidente da legenda, Ricardo Berzoini, para que a bancada votasse a favor do arquivamento. Já o senador Delcídio Amaral (MS) criticou Mercadante, argumentando que o líder do PT, ao não seguir a orientação da Executiva do partido, “não cumpriu o que havia sido combinado e deixou seus colegas desamparados”.

Mercadante declarou que “a decisão da Executiva Nacional do PT impôs uma disciplina partidária que, seguramente, não foi o melhor caminho para a bancada nem para o Senado”. Ele fri-

sou ainda que a sua postura, ao defender investigações a partir das denúncias contra José Sarney, “expressa o sentimento majoritário da bancada do PT no Senado”.

Coube ao senador João Pedro (PT-AM) ler, durante a reunião,

nota de Berzoini em que este afirma que a crise do Senado é “alimentada pela disputa política relacionada às eleições de 2010”.

Flávio Arns (PT-PR) disse estar “envergonhado” por ser filiado ao PT porque, para ele, o partido “rasgou a página fundamental de sua constituição, que é a ética”. O senador depois admitiu que poderá deixar a legenda.

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que aquele foi “um triste dia” para o PT, referindo-se ao posicionamento no Conselho de Ética e à saída da senadora Marina Silva da legenda.

Arthur Virgílio apresenta defesa e recebe apoios

Com o voto a favor antecipado do próprio PMDB, autor da representação, o Conselho de Ética arquivou, por unanimidade, a acusação que pesava contra o senador Arthur Virgílio. O recurso foi recusado depois da leitura, por Virgílio, de um documento em que procurou rebater, mais uma vez, as acusações contra ele.

Senadores de vários partidos prestaram solidariedade ao líder do PSDB. Em geral, destacaram a honestidade do senador e sua coragem demonstrada antes e durante o episódio.

– Sua grande vitória não foi a votação favorável no conselho, mas não ter se curvado e se intimidado – disse o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), seguido por Garibaldi Alves (PMDB-RN), que classificou o resultado da votação de “vitória da coragem”.

Para a senadora Marisa Serano (PSDB-MS), a luta de Virgílio possibilitou um resgate de sua história e jamais pode ser tratada como resultado de um acordo político em função do qual também teriam sido arquivadas as representações

contra Sarney.

Assim como outros parlamentares, ela elogiou o fato de que Arthur Virgílio defendeu-se das acusações no próprio conselho.

– Gostaria também de ter ouvido aqui o senador José Sarney – afirmou.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) atribuiu ao embate político nacional o fato de os partidos terem apresentado representações com indícios frágeis. “Se transformássemos questões políticas em éticas, poucos sobreviriam”, advertiu.

Marina Silva deixa PT e pode ir para o PV

Marina Silva (AC) anunciou, na semana passada, sua desfiliação do PT. Fundadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre, ao lado de Chico Mendes, filiou-se ao PT em 1985 e por ele elegeu-se vereadora, deputada estadual e, por duas vezes, senadora. Entre 2003 e 2008, foi ministra do Meio Ambiente. Marina pode se filiar ao PV.

Em entrevista à imprensa, disse que ainda é cedo para falar em candidatura à Presidência da República em 2010.



JOSÉ CRUZ

Marina Silva: ex-ministra do Meio Ambiente era filiada ao partido desde 1985

projetos aprovados

De 17 a 21 de agosto

→ **PLC 37/09** – Do deputado Paulo Rocha, permite que o Ministério Público inicie ação penal nos casos de crime de injúria motivada por discriminação por raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Decisão terminativa pela CCJ. Se não houver recurso para votação em Plenário, vai à sanção.

→ **PLS 171/06** – Do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), impõe

ao corretor o dever de prestar ao cliente todos os esclarecimentos sobre a segurança ou o risco do negócio, as alterações de valores e outros fatores que possam influir nos resultados de sua atividade. Decisão terminativa pela CCJ. Se não houver recurso, segue para a Câmara.

→ **PLS 362/05** – Do senador Pedro Simon (PMDB-RS), altera o Estatuto do Idoso para atribuir ao Ministério Público legitimidade

para ajuizar ações a fim de responsabilizar a omissão ou o oferecimento insatisfatório de serviços de alimentação ou medicamentos aos idosos. Decisão terminativa pela CCJ. Se não houver recurso, segue para a Câmara.

→ **Na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT)**, foram aprovados 35 projetos de decreto legislativo que renovam ou outorgam permissão de funcionamento para empresas de radiodifusão.

decisões



Reunião da CCT, na semana passada: empresa que não cumprir norma poderá até mesmo ser interdita

Análise sobre laticínios terá laudos na internet

Projeto aprovado pela CCT dá prazo de cinco dias para que empresas publiquem resultado de análises feitas pelas autoridades sanitárias

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou projeto que obriga as empresas de laticínios a divulgar análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos últimos cinco anos.

O PLS 86/08, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), determina que a divulgação terá de ser feita por meio das páginas dos estabelecimentos na internet, no prazo de cinco

dias úteis a contar da comunicação do órgão fiscalizador. A proposição segue para exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e, em seguida, irá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Segundo a proposta, que modifica a Lei 6.437/77, a empresa infratora será punida com pena de advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e (ou) multa.

Marconi afirma que, diante das denúncias sobre a qualidade de produtos lácteos no ano de 2008, é necessária a divulga-

ção, pela internet, das análises técnicas.

Já o relator Cícero Lucena (PSDB-PB) disse que os casos recentes de fraudes no leite UHT indicam a necessidade de ampliar, o quanto possível, o acervo de dados à disposição do consumidor.

O projeto foi aprovado com uma emenda, aplicando a exigência apenas aos estabelecimentos que mantenham sites. Isso porque, segundo as estatísticas oficiais, 74% das empresas do país com menos de dez funcionários não possuem página eletrônica.

Promotor poderá iniciar ação penal contra discriminação

Projeto aprovado pela CCJ autoriza o Ministério Público a iniciar ação penal contra o autor de injúria racial ou discriminatória em que se utilizem como elementos de ofensa a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

O projeto muda o Código Penal, que impõe como regra, no caso dos crimes contra a honra, que a ação penal depende da apresentação de queixa-crime pelo advogado da pessoa ofendida.

Como o texto foi aprovado em decisão terminativa, já poderá

seguir para a sanção presidencial. A proposta (PLC 37/09), do deputado Paulo Rocha (PT-PA), foi relatada na CCJ pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), que recomendou a aprovação.

Tuma argumentou que, embora a honra seja um direito pessoal, as condutas lesivas nos casos de discriminação também atingem os demais indivíduos da mesma religião, raça ou origem. Por isso, segundo ele, justifica-se a decisão de atribuir ao Ministério Público a iniciativa da ação penal, já que ele é o defensor dos direitos coletivos.

O autor do projeto lembrou



Romeu Tuma, relator do projeto, lembra que o Ministério Público é o defensor dos direitos coletivos

que, em geral, os agredidos por injúria dessa natureza são pobres, sem condições de contratar um advogado e em geral não sabem que existem as defensorias públicas.

Separação de bens obrigatória só a partir dos 70 anos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei da Câmara que aumenta para 70 anos a idade a partir da qual se torna obrigatório o regime de separação de bens no casamento. Hoje, o Código Civil impõe esse regime já aos 60 anos.

O PLC 7/08 segue agora para decisão final do Plenário e, caso aprovado, será enviado para sanção presidencial. Na CCJ, coube ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentar o relatório que orientou o exame da matéria, como substituto de Valdir Raupp (PMDB-RO). A recomendação foi pela aprovação.

A senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), relatora inicial da proposição e citada no relatório, avaliou como um anacronismo impor a pessoas maiores de 60 anos restrições com respeito ao regime de bens

no casamento, "haja vista sua plena capacidade para exercer os atos da vida civil".

Nos termos vigentes, a escolha do regime de bens no casamento é de livre escolha dos nubentes. Quando o casal não manifesta opção, a lei determina que fique valendo o regime de comunhão parcial de bens, desde que nenhum dos noivos esteja sujeito a qualquer das cláusulas que obriga o regime de separação, entre as quais a idade acima de 60 anos ou quando um dos membros do casal dependa de autorização judicial para se casar.

Ao justificar o projeto na Câmara, a autora, deputada Solange Amaral (DEM-RJ), argumentou que o aumento da expectativa de vida da população exige a atualização do Código Civil com relação ao regime de bens do casamento.

Analista de sistemas deverá ter diploma de curso superior

Proposta que regulamenta o exercício da profissão de analista de sistemas foi aprovada pela CCJ. O projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) segue agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. De lá, poderá seguir diretamente para a Câmara.

Pelo substitutivo anteriormente aprovado pela CCT e acolhido pelo relator na CCJ, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), somente profissionais com diploma superior em Análise de Sistemas, Ciência da Computação ou Processamento de Dados poderão exercer a atividade de analista de sistemas.

Já a profissão de técnico de informática poderá ser exercida pelos portadores de diploma de ensino médio ou equivalente, de

curso técnico de informática, ou de programação de computadores expedido por escolas oficiais ou reconhecidas.

A proposta torna privativa do analista de sistemas a responsabilidade técnica por projetos e sistemas para processamento de dados, informática e automação, assim como a emissão de laudos, relatórios ou pareceres técnicos.

O projeto original (PLS 607/07) criava o conselho federal e conselhos regionais de informática, que seriam responsáveis por efetivar a inscrição dos profissionais, cobrar anuidades e taxas e fiscalizar o exercício da profissão. Mas, segundo o relator, a criação dos conselhos por projeto de lei seria inconstitucional, pois se trata de prerrogativa do Poder Executivo.

NOVA UNIVERSIDADE

Santa Catarina poderá ganhar uma nova instituição federal de ensino, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com organização multicampi, atendendo predominantemente ao oeste do estado, ao sudoeste do Paraná e a seu entorno, bem como ao norte do Rio Grande do Sul. A previsão é que tenha 10 mil alunos e comece a funcionar a partir de março de 2010.

Proposta em projeto do Poder Executivo (PLC 152/09), a criação da instituição, que ficará sediada em Chapecó, foi aprovada pela CCJ na semana passada e agora depende da decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para virar lei.

A relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), argumentou que a universidade beneficiará a mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, ampliando a oferta de ensino superior para cerca de 3,8 milhões de habitantes.

REGIÃO SUL GAÚCHA

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou proposta que autoriza o governo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul. O PLS 315/03, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), pretende reverter a degradação que a metade sul do estado vem sofrendo nas últimas décadas.

INCENTIVOS

A CDR aprovou também duas propostas para dinamizar o desenvolvimento municipal. A primeira, apresentada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), isenta de IPI veículos de médio porte que fazem o serviço de táxi-turismo. A outra define a ocupação de espaços públicos para serviços municipais.

CEARÁ NA CODEVASF

O Ceará poderá ser incluído na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), define o PLC 14/07, aprovado pela CDR e que segue para votação pelo Plenário. O Ceará tem inúmeros municípios na bacia do rio Parnaíba, já incluído nos projetos da Codevasf.

SAÚDE VOCAL

Um Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor poderá ser criado pelo Poder Executivo, prevendo a realização de exames preventivos nos professores da rede pública, para identificar indícios ou alterações vocais ou doenças na laringe. O programa sugere também capacitação semestral com fonoaudiólogos.

INSTRUMENTOS MUSICAIS

A importação de instrumentos musicais pode ter isenção fiscal do Imposto de Importação, bem como das contribuições ao PIS/Pasep e ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins), segundo estabelece projeto (PLS 345/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado pela Comissão de Educação (CE).

previdência

Na segunda tentativa, Previc pode renascer

Em 2004, Câmara chegou a aprovar MP que criou a autarquia para regular fundos de pensão. Nova investida do governo federal está na pauta da CAE

Uma autarquia federal que teve uma vida brevíssima (quatro meses) agora pode ressuscitar, caso o Senado aprove projeto (PLC 136/09) enviado pelo governo ao Congresso que, como principal medida, recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), para fiscalizar e supervisionar os fundos de pensão, atribuições hoje a cargo de uma secretaria do Ministério da Previdência Social.

Não se trata de uma mera “promoção” na hierarquia da administração federal. A principal diferença é que uma autarquia tem autonomia financeira e administrativa (pode usar mais livremente seu orçamento para cumprir as funções), o que não ocorre com uma mera secretaria de ministério. A previsão é que a Previc tenha um orçamento de R\$ 43 milhões em 2010, contra os atuais R\$ 6 milhões destinados pela União à secretaria.

Além disso, a superintendência ganha estrutura funcional encorpada – 100 cargos de especialista, 50 de analista administrativo e 50 de técnico –, quadro que pode ser ainda reforçado com até 385 auditores-fiscais requisitados à Receita Federal. A Previc terá uma diretoria colegiada, com um diretor-superintendente e quatro diretores, todos nomeados pelo presidente.

Segunda tentativa em quatro anos

Há quatro anos, a Câmara chegou a aprovar uma medida provisória (MP 233/04) que criou,

pela primeira vez, a Previc. Passados os 120 dias previstos na Constituição, o texto não foi votado pelo Senado e, por isso, perdeu sua validade. Ou seja, a superintendência sumiu do mapa do serviço público nacional. A saída foi o governo enviar outra proposta. Ela era, inclusive, o item 3 da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas a crise política da semana passada impediu a discussão do assunto.

O relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, é favorável à aprovação. Jucá destaca a necessidade de o Estado regular e fiscalizar o setor de previdência complementar, que conta atualmente com 372 entidades, 6,5 milhões de participantes e um patrimônio de R\$ 442 bilhões (17% do produto interno bruto).

Emenda do PSDB reduziu cargos

Jucá acredita que a retomada do crescimento econômico ampliará as perspectivas para o setor, com novas empresas interessadas em criar planos de previdência complementar, o que reforça a importância da criação da Previc. Para ele, o setor só vai crescer se existirem regras eficazes e claras para aplicação dos recursos dos fundos.



Romero Jucá, líder do governo, defende proposta como forma de estimular crescimento do setor

No projeto – que ainda será analisado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir a Plenário –, o governo imaginava criar 96 cargos comissionados (que podem ser ocupados por funcionários não concursados) na Previc e outros 32 cargos para a Superintendência de Seguros Privados (Susep), que já existe). Mas uma emenda do PSDB, aprovada pelos deputados em junho, reduziu para apenas 14 os cargos de livre nomeação. Essa foi a condição imposta pela oposição para votar a proposta.

No relatório, Jucá afirma que a eliminação dos cargos reduz em R\$ 7,6 milhões o impacto anual no orçamento, estimado agora em R\$ 29 milhões anuais. Despesas que, destacou, vão correr de forma gradativa, à medida em que forem sendo nomeados os concursados.

A “polícia” dos fundos de pensão

Para que serve a Previc?

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar, vinculada ao Ministério da Previdência Social, vai **fiscalizar e supervisionar as atividades dos fundos de pensão**, atribuição hoje de uma secretaria do mesmo ministério. Seus defensores afirmam que ela poderá ainda reduzir as despesas da União, graças às suas fontes de receita (*leia abaixo*).

Qual será sua estrutura?

Serão criados, por meio de concurso público, 200 cargos de carreira própria: 100 **especialistas**, 50 **analistas administrativos** e 50 **técnicos administrativos**. A estrutura poderá ser reforçada com até 385 **auditores-fiscais** oriundos da Receita Federal, que serão lotados na Previc. Os cargos de direção de assessoramento superior (DAS) foram reduzidos na Câmara de 96 para 33. A administração será colegiada, com um superintendente e quatro outros diretores.

Qual será sua receita?

Além de verbas orçamentárias e outras fontes menores, o cofre da Previc será abastecido principalmente com a criação de uma nova taxa, cobrada pela autarquia para exercer seu poder de polícia e fiscalizar as atividades dos fundos de pensão. A **Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic)** será paga trimestralmente pelos fundos, em 17 valores, conforme o patrimônio de cada um. De meros R\$ 15 (planos de até R\$ 5 milhões) até R\$ 2,225 milhões (no caso daqueles que têm mais de R\$ 60 bilhões em recursos garantidos).

Sobre os fundos de pensão

Setor tem no Brasil forte participação de empresas estatais como Banco do Brasil (Previ) e Petrobras (Petros)



Apoio do setor privado ao projeto é de 94,4%

Para avaliar a reação do setor ao projeto, a Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas (Apep) realizou uma pesquisa entre suas associadas: 94,4% se declararam favoráveis à recriação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, como proposta pelo governo federal. Para a esmagadora maioria, o renascimento da Previc prova que o sistema fechado de previdência complementar passou, enfim, a ser considerado estratégico.

Conforme o presidente da Apep, Paulo Tolentino, nem mesmo a criação de uma nova taxa, destinada a custear a maior parte das despesas da Previc, incomoda o setor.

– A expectativa dos fundos de pensão da iniciativa privada e de seus patrocinadores é de que o novo órgão de Estado, longe de representar um ônus a mais,

proporcione uma maior agilidade no atendimento às demandas das fundações de previdência e racionalize a burocracia, que hoje inibe o crescimento da previdência fechada, dando ênfase à normatização e à orientação – disse Tolentino.

Para ele, a medida aumentará as chances do setor de crescer com maiores velocidades e segurança, especialmente na iniciativa privada, já que grande parte do setor público (empresas estatais e de capital misto) tem seus próprios fundos.

– Para convencer os empresários de que o sistema fechado é mais vantajoso, será preciso racionalizar os controles e a burocracia a que estão sujeitos os fundos de pensão. Isso pressu-

põe um tratamento diferenciado às fundações de previdência patrocinadas pelo setor privado – lembrou, referindo-se às leis complementares 108/01 e 109/01.

Para Mário Sergio Correia Ialongo, diretor de Seguridade do Economus Instituto de Seguridade Social, a recriação da Previc é um avanço.

– Com dotação orçamentária própria e estrutura administrativa e de pessoal adequada, a Previc poderá exercer efetiva fiscalização e supervisão, trazendo, conseqüentemente, maior tranquilidade para os fundos de pensão e seus participantes – acredita.

No mesmo tom, a diretora da Seguridade Social de Minas

Gerais (Previminas), Maria do Carmo Porto Oliveira, avalia que, com recursos e orçamento próprios, a partir da cobrança da Tafic, a autarquia poderá “planejar suas ações com independência e maior eficiência, modernizando-se com a velocidade que o sistema exige”.

– Participantes, empresas patrocinadoras, fundos de pensão, Estado e sociedade, todos ganham com a criação da Previc. Transparência, agilidade no atendimento a demandas e fiscalização, fomento à criação de novas entidades e desoneração do orçamento público são algumas dessas vantagens.

A criação da Previc foi uma das prioridades definidas pelos participantes do 10º Congresso Nacional dos Participantes, realizado em março, em Salvador. Para a Associação Nacional dos Participantes de Fundos

de Pensão (Anapar), a Previc poderá “fortalecer o sistema de previdência complementar, garantindo sua perenidade e dando maior segurança jurídica e institucional aos mais de 2,5 milhões de brasileiros que hoje fazem parte desse sistema, além de permitir a sua ampliação”.



Paulo Tolentino, presidente da Associação dos Fundos de Pensão: Previc dará maior agilidade ao setor

Dirigentes das empresas esperam fiscalização mais eficiente

Situação do Haiti justifica a presença brasileira

Senadores que estiveram em Porto Príncipe para avaliar trabalho da missão de paz da ONU fazem relato emocionado sobre drama do país caribenho

Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Torres (PDT-CE), dois dos quatro membros da Comissão de Relações Exteriores (CRE) que estiveram durante dois dias no Haiti, fizeram em Plenário um relato emocionado da viagem a Porto Príncipe, capital do país caribenho. A visita teve o objetivo de acompanhar a situação do país e o trabalho das tropas brasileiras, que lideram a missão de paz da ONU no Haiti (veja quadro e texto ao lado).

O que vimos foram cenas de horror: biscoitos feitos de barro, gordura e sal; pessoas bebendo água do esgoto; ruas cheias de gente sem trabalho. O grau de miséria no Haiti é capaz de sensibilizar a alma mais dura – relatou Azeredo, presidente da CRE.

O senador mineiro elogiou ainda o trabalho de pacificação do país feito pelas tropas brasileiras.

O Brasil já conseguiu muito sucesso na redução da violência, mas a questão social, do desenvolvimento, essa deixou a todos nós estupefatos. A que ponto pode chegar a destruturação de

um país – lamenta Azeredo.

Azeredo ainda questionou o contingenciamento, pelo Ministério do Planejamento, das verbas destinadas aos soldados brasileiros. Segundo ele, foram liberados apenas R\$ 39 milhões, dos R\$ 68 milhões previstos até julho.

A Companhia de Engenharia está com equipamentos parados por falta de peças de reposição e ainda há gangues que aguardam apenas o primeiro sinal de fraqueza para reiniciar o banho de sangue de 2004. Não podemos retirar os meios necessários para que nossos soldados cumpram a sua missão – cobrou Azeredo.

Já o senador Flávio Torres admitiu que mudou radicalmente de opinião após a visita.

Voltei absolutamente convencido da necessidade da presença das tropas brasileiras no Haiti, que são tropas da ONU, de capacetes azuis, solicitadas por autoridades do Haiti, as quais, expressamente, nos afirmaram da necessidade da sua permanência como fator de estabilidade, mesmo que temporária.

Dirigentes fazem apelo unânime pela permanência das tropas

Na visita a Porto Príncipe, Eduardo Azeredo, Flávio Torres, Gerson Camata (PMDB-ES) e João Pedro (PT-AM) ouviram dos principais dirigentes haitianos o mesmo apelo: a permanência das forças de paz da ONU ainda é vital para a estabilidade do país.

A comissão se reuniu com o presidente do país, René Prével; a primeira-ministra haitiana, Michele Duvivier Pierre-Louis; o presidente do Senado, Kelly Bastien; e o representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, Hédi Annabi.

Prével disse aos senadores que o fracasso das missões anteriores da ONU [foram sete nos últimos 15 anos] pode ser atribuído, em parte, justamente à saída prematura das tropas.

O Brasil está no coração dos haitianos. Essa missão nos permitiu ter segurança, mas queremos que a missão conclua o trabalho. Quando terminará, eu não sei, mas acho que será quando o Haiti tiver viabilidade em termos de segurança, economia e instituições.

Para a primeira-ministra, “em horizonte que não está muito distante, o Haiti será capaz de garantir a segurança da sua população”, referindo-se ao esforço para recuperar o país, em parce-

ria com a missão da ONU.

Já os senadores haitianos se mostraram temerosos de que a missão se prolongue muito.

Não pensamos nem acreditamos que as tropas tenham violado de qualquer forma os direitos humanos no Haiti. Nós apreciamos sua presença, mas pensamos que é preciso planejar a retirada, de forma gradual, e investir em novas formas de cooperação – afirmou o vice-presidente do Senado haitiano, Andris Riché.

ONU já tem plano para saída da missão

Questionado pelos senadores brasileiros acerca das posições divergentes do Executivo e do Legislativo haitianos, o representante da ONU, Hédi Annabi, explicou:

Já temos um plano de saída, aprovado pelo Conselho de Segurança e divulgado pela ONU, com objetivos a serem atingidos e indicadores de progresso. Além disso, é preciso esperar pelas eleições. Se tudo correr bem, poderemos começar a sair gradualmente no segundo semestre de 2011. Qualquer saída de um número substancial de soldados antes disso seria de alto risco e teríamos que voltar.



Presidente René Prével (C) recebe Flávio Torres, João Pedro, Azeredo, embaixador Igor Kipman, Camata e deputado Lafayette de Andrada

Brasil lidera pela primeira vez uma missão da ONU

O Brasil enviou tropas a seis missões de paz nos últimos 60 anos. Hoje, participa de 14 missões como observador e comanda, desde 2004, o componente militar da missão no Haiti. Os objetivos são apoiar o governo haitiano na transição à normalidade; acompanhar a reestruturação da Polícia Nacional do Haiti; restabelecer a segurança e a ordem públicas; e garantir proteção aos civis.

Participação brasileira em missões:

- Suez (1957 a 1967)
- Rep. Dominicana (1965 e 1966)
- Moçambique (1994)
- Angola (1995 a 1997)
- Equador e Peru (1995 a 1999)
- Timor Leste (desde 1999)

Missão de paz

- Militares: 7.105, de 18 países
- Policiais da ONU: 2.063 – Civis: 1.721
- Países com maior contingente: Brasil, Argentina, Chile, Jordânia, Nepal, Sri Lanka, Uruguai, Equador e Guatemala
- Atuação: segurança, construção civil, saúde e apoio aéreo

Exército Brasileiro

- Contingente: 1.298 militares
- Esquema de rodízio semestral
- Militares enviados até agora: cerca de 13.200
- Área de atuação: 24km² de Porto Príncipe
- Recursos gastos: R\$ 636 milhões
- Reembolso da ONU até 2008: US\$ 127 milhões
- Previsão do início da retirada: 2011



Fonte: Exército Brasileiro

“País não está preparado para substituir forças da ONU”

O braço militar da missão da ONU é atualmente chefiado pelo general-de-brigada brasileiro Floriano Peixoto Vieira Neto, ex-professor da academia militar americana de West Point, uma das melhores do mundo. O *force commander*, como é chamado, falou ao **Jornal do Senado**:

Jornal do Senado – Por que o Exército considera importante participar dessa missão de paz e coordená-la?

Floriano Peixoto – Esse trabalho projeta o Brasil internacionalmente, mostra a nossa capacidade de liderar e de contribuir para um esforço multinacional. Para o Exército, a missão testa, na prática, nossa instrução militar, nossas técnicas e materiais.

O Exército oferece formação militar específica para missões de paz?

O Brasil tem, na base militar do Rio de Janeiro, um centro de instrução reconhecido internacionalmente, com ênfase em direitos



General Floriano Peixoto: haitianos se identificam com os soldados brasileiros

humanos e direito internacional. Lá são preparadas as tropas e o Estado-Maior.

Qual a situação hoje no Haiti?

No que diz respeito à segurança pública, o país está totalmente pacificado. É claro que temos protestos, ações de meliantes, mas nos níveis normais em qualquer sociedade.

Como a população haitiana rea-

ge hoje à presença do Exército?

Eles amam e respeitam o Brasil. Adoram nossa Bandeira e usam suas cores. Não só pelo futebol, mas pelo nosso trabalho. O Brasil foi o primeiro país a dizer “eu ajudo o Haiti”, atraindo para a missão, pela sua credibilidade, muitos outros países, especialmente da América Latina. A reação do haitiano só melhorou desde que chegamos, em 2004. Hoje há enorme identidade com o soldado brasileiro, não só porque ele é eficiente, como também porque demonstra sua consideração e respeito pelo povo.

Como deve estar o país para que se considere a missão cumprida?

O Haiti deve ter instituições mais sólidas e ser capaz de realizar as funções do contingente militar. Hoje tenho plena convicção de que as instituições do país não estão preparadas, nem equipadas, para substituir totalmente as forças da ONU e garantir a estabilidade do país.

De próspera colônia francesa à mais miserável nação americana

Embora tenha sido, no século 18, a mais próspera colônia francesa na América, graças à exportação de açúcar, cacau e café, e o primeiro estado de maioria negra a conquistar a libertação dos escravos e a independência (1794), o Haiti é o país mais pobre do continente. Sua renda *per capita* é um terço da renda dos moradores da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Após décadas de conflitos internos, a economia e as cidades do Haiti estão destruídas e seus indicadores sociais, entre os menores do mundo (veja quadro abaixo). A destruição, a ausência de serviços públicos básicos, como água, coleta de lixo, energia elétrica, hospitais e rede de esgoto, e as condições muitas vezes subumanas em que vive a maior parte da população emocionam os que visitam o país.

Não foi diferente com os senado-

res, que caminharam pelas ruas de Cité Soleil – um dos bairros mais pobres da capital – e visitaram dois projetos sociais desenvolvidos por brasileiros, com o apoio da missão da ONU, em bairros igualmente pobres: a reciclagem de lixo em Carrefour Feuilles, com 150 mil habitantes, e o Viva Rio, em Bel Air.

O projeto em Carrefour Feuilles, que visa reduzir a violência, aumentar a renda e limpar as ruas, emprega 389 pessoas, 60% mães de família. Patrick Marcenah, líder comunitário e coordenador do trabalho idealizado pela brasileira Eliana Nicolini, agradeceu a presença da comitiva brasileira.

O Brasil nós levamos no nosso coração e no nosso projeto. Por favor, agradeçam o povo brasileiro pela ajuda. É com essa ajuda que nossas mães mandam seus filhos à escola e os alimentam – afirmou.

“Por favor, agradeçam o povo brasileiro pela ajuda”



ALEXANDRE GIRAÔ/SENADO FEDERAL



A opinião de cada senador

► **Eduardo Azeredo:** “A situação é pior do que eu imaginava. Por outro lado, a importância do trabalho do Exército ficou mais patente.”

► **Gerson Camata:** “Fiquei impressionado com a pobreza, com a capacitação e o profissionalismo da tropa, e com o descaço das autoridades haitianas. Se sairmos e tivermos que voltar, teremos fracassado.”

► **João Pedro:** “No Haiti, a população paga o preço da incompetência, da corrupção e da irresponsabilidade de suas elites, que sempre a exploraram.”

► **Flávio Torres:** “Eu, que sou ferrenho defensor da autodeterminação dos povos e estava preocupado pelas críticas à nossa presença, reconheço: minha opinião mudou muito. Não é hora de sairmos.”

Mais de um século de convulsões e revoltas

Da segunda metade do século 19 ao começo do século 20, o Haiti teve 20 governantes, dos quais 16 foram depostos ou assassinados. Tropas dos Estados Unidos ocuparam o país entre 1915 e 1934. Em 1957, os haitianos elegeram presidente o médico François Duvalier, conhecido como Papa Doc, que instaurou um período novamente muito conturbado até que, em 1990, foi eleito o padre Jean-Bertrand Aristide, que, por sua vez, foi deposto em 1991.

Em 1994, força multinacional liderada pelos EUA reempossou Aristide. A economia já estava destruída pelas convulsões internas. De 1994 a 2000, apesar de avanços, como a eleição democrática de dois presidentes, o Haiti permaneceu em crise.

Conflitos armados eclodiram em

2004, e, a partir do norte, o país foi gradualmente controlado pelos revoltosos, que acusavam Aristide de fraudar as eleições. Quando a oposição armada ameaçou marchar sobre Porto Príncipe, Aristide abandonou o país, passando o governo ao seu sucessor constitucional, o presidente da Suprema Corte, que pediu ajuda às Nações Unidas.

De início, o Conselho de Segurança da ONU enviou uma força multinacional interina e, em junho de 2004, decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah).



Cenas da visita a Cité Soleil, um dos bairros mais pobres de Porto Príncipe: casal fabrica biscoitos de barro, gordura e sal para vender; soldado brasileiro faz a escolha da comitiva, enquanto meninos trabalham; Coronel Bernardes, comandante das forças brasileiras no Haiti, explica aos senadores Gerson Camata e Eduardo Azeredo (centro) costumes locais; meninos de Cité Soleil

Números da miséria

População	10 milhões	80% da população vivendo abaixo da linha de pobreza
Desnutrição	58%	PIB de US\$ 5,87 bilhões (40% da receita vem de haitianos no exterior)
Taxa de desemprego	70%	PIB per capita de US\$ 612
Mortalidade infantil	59%	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,529 (146º de 177 países)
Expectativa de vida	52 anos	
Analfabetismo	48%	
Casas sem energia elétrica	90%	
Casas sem água encanada	80%	
Participação nas eleições	12%	



Fonte: INGE/Paris, Ministério das Relações Exteriores e Misustah

debates



Paim (E) e Boaventura Santos, da Confederação dos Trabalhadores Vigilantes: projeto do senador prevê adicional à categoria

Sindicalistas querem benefícios para vigilantes

Líderes sindicais pedem aprovação da aposentadoria especial e do adicional de risco de vida para vigilantes, que trabalham até 12 horas ininterruptas

A aprovação da aposentadoria especial e do adicional de risco de vida para trabalhadores que exercem a profissão de vigilante foi defendida em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) pelos presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, José Boaventura Santos; dos sindicatos dos Vigilantes do Rio de Janeiro, Fernando Antônio Bandeira; e dos Vigilantes do DF, Chico Vigilante.

Os sindicalistas manifestaram apoio ao PLS 173/08, do senador Paulo Paim (PT-RS), que prevê o pagamento de adicional à categoria. Eles explicaram que as condições de trabalho da profissão são desumanas porque os vigilantes ficam sujeitos a carga horária de até 12 horas ininterruptas, em pé, sem contato com outras pessoas, o que, segundo os sindicalistas, provoca desgaste físico e psicológico. Conforme Boaventura Santos,

grande parte dos vigilantes se aposenta antes dos 40 anos de idade, com redução de salário.

Os sindicalistas também apoiaram o PLS 387/08, na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que prevê concessão de adicional de periculosidade de 30% para os vigilantes; e o PLS 179/08, que institui adicional de risco para os vigilantes de universidades federais e está na Comissão de Educação (CE).

Novo CPP pode ser ameaça à Lei Maria da Penha

Os avanços da Lei Maria da Penha na proteção das mulheres podem ser anulados caso o projeto do novo Código de Processo Penal (CPP) – PLS 156/09 – seja aprovado da forma como está. Essa é a avaliação dos especialistas que participaram da reunião convocada na semana passada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), vice-presidente da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal.

O advogado constitucionalista Fabrício Mota lembrou que a Lei Maria da Penha impede, nos casos de violência doméstica contra as mulheres, a aplicação de penas brandas, como a cobrança de cestas básicas ou a exigência de serviços comunitários, previstas



Fabrício Mota (D) e debatedoras na reunião, presidida por Serys (C), da Comissão de Reforma do CPP: penas brandas poderão aumentar violência doméstica

na Lei 9.099/95, que trata dos juizados de pequenas causas. O problema, argumentou ele, é que o projeto do novo CPP in-

corporou os aspectos penais da Lei 9.099/95, ameaçando, assim, invalidar as sanções decorrentes da Lei Maria da Penha.

Comissão debate retomada do crescimento depois da crise

“Infraestrutura e retomada do crescimento: visões da crise.” Esse foi o segundo tema da série de audiências públicas que a Comissão de Infraestrutura (CI) vem realizando sobre os desafios estratégicos setoriais. Na semana passada, Ralph Lima Terra, vice-presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), citou vários números que demonstram a crescente participação da iniciativa privada no desenvolvimento da infraestrutura brasileira. Na área da energia elétrica, por exemplo, de 1999 a 2008 foram implantados 5.360 megawatts com recursos públicos e 13.761 megawatts com dinheiro privado. Na área de transmissão, 23 mil quilô-

metros dos 32 mil construídos o foram pela iniciativa privada.

O economista e sócio-diretor da empresa Creta, Eduardo Teixeira, traçou um quadro da situação do Brasil na época em que a crise mundial se instalou, os impactos que ela provocou e a perspectiva que o país tem de aproveitar o momento para se preparar para um longo período de crescimento sustentável. Na sua visão, nunca a nação brasileira viveu um momento tão positivo.

Ao final da reunião, foi aprovado pedido do presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), para debater, com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a proposta do governo para o marco regulatório do pré-sal.

Pesquisador francês defende políticas pré-natais mais humanas

O pesquisador, psicólogo e psicanalista francês Claude Schauder apresentou, na quarta-feira passada, em conferência promovida pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), pesquisa que vem desenvolvendo com apoio do Ministério da Saúde francês com objetivo de reduzir a mortalidade perinatal e materna e contribuir para o desenvolvimento de políticas pré-natais mais humanas.

O estudo tem entre suas metas a modernização dos locais de atendimento médico e dos locais de realização dos partos; a melhoria do atendimento psicológico e social da mãe e da criança; e a criação

do programa de preparação ao nascimento e ao parto.

O pesquisador francês afirmou que, no Brasil, preparar a gestante e o pai da criança para acolherem seu filho pode ser considerado “tratamento de luxo”. Ele relatou que, na França, embora o programa tenha previsão de cobertura universal, prioriza o atendimento a mulheres e homens de baixa renda, inclusive imigrantes.

Segundo a psicanalista Sílvia Zornig, presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre Bebês (Abebê), o Ministério da Saúde implantou, com sucesso, o programa de humanização e atenção à saúde da gestante na rede pública de saúde.

CENTRO DE PESQUISAS EM SC

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) discutiu na terça-feira passada o resultado de audiência realizada em Santa Catarina na semana anterior que analisou problemas ambientais enfrentados no estado. Entre as sugestões que resultaram da audiência, no documento Carta de Santa Catarina, está a criação de um centro de pesquisas meteorológicas com sede em Florianópolis e abrangência nacional. Para Ideli Salvatti (PT-SC), presidente da comissão, por ter sofrido efeitos das mudanças climáticas, Santa Catarina “tem que dar exemplo de sustentabilidade, ser referência no socorro às vítimas e estudos climatológicos para fazer frente a tantos desastres”.

ambiente legal

Marina quer “semear em outras searas”

“Não estou negando os imprescindíveis frutos das searas já plantadas, estou apenas me dispondo a continuar as sementeiras em outras searas”, afirma Marina Silva (AC) na carta de desfiliação do PT. Marina ressalta que sua decisão “vai ao encontro do pensamento de milhares de pessoas que apontam objetivamente os equívocos da concepção do desenvolvimento centrado no crescimento material a qualquer custo”.

Leis contra aquecimento podem gerar empregos

Uma campanha para contestar as alegações de que uma legislação para combater as mudanças climáticas provocaria a perda de empregos em um momento de recessão foi lançada, nos Estados Unidos, por uma coalizão de grupos ambientalistas e sindicatos. Para Leo Gerard, presidente do sindicato de trabalhadores da indústria siderúrgica, as iniciativas para enfrentar o aquecimento global permitirão criar centenas de milhares de empregos.

Araraquara reaproveita todo o lixo que produz

A prefeitura de Araraquara (SP) informa que todo o lixo produzido na cidade vai para a usina de compostagem e é reaproveitado. Os resíduos orgânicos, separados, transformam-se em adubo. Já a parte reciclável, como latas, papéis e plásticos, é vendida para indústrias. Além de proteger o meio ambiente, a iniciativa gera emprego para 35 ex-catadores do lixo, que receberam treinamento e trabalham uniformizados e com equipamentos de segurança na separação do lixo.

Capital mexicana bane sacola plástica

A cidade do México proibiu, em lojas e supermercados, a entrega gratuita, aos clientes, de sacolas de plástico, que deverão ser progressivamente substituídas por sacolas biodegradáveis para diminuir a poluição. A secretária

municipal do Meio Ambiente, Martha Delgado, disse que é muito importante “colocar um custo” nas sacolas disponíveis nas lojas “para que, com isso, se iniba a proliferação de bolsas de plástico não biodegradáveis”.

Plástico reciclado substitui madeira

Uma empresa britânica, a 2K Manufacturing, é pioneira na transformação de diferentes tipos de resíduos plásticos em um substituto “verde” para a madeira compensada. Ela recicla

diferentes produtos plásticos, que podem inclusive estar sujos, transformando-os em uma tábua composta chamada EcoSheet. A EcoSheet custa o mesmo que a madeira compensada.

comissões

CI aprova transmissão de concessão de táxi a herdeiros

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou texto alternativo da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) a projeto de Expedito Júnior (PR-RO) que regulamenta serviços de táxis. Pela proposta, a permissão para a exploração do serviço pode ser transmitida aos herdeiros do taxista.

O texto define ainda que atividade depende de autorização do poder público local, a ser outorgada a qualquer interessado que satisfaça os requisitos legais relativos à segurança, à higiene e ao conforto dos veículos e à habilitação dos motoristas.

No seu relatório, Rosalba Ciarlini lembra que o serviço de táxi é regulado pelos municípios e pelo Distrito Federal, “que hoje não promovem uma

seleção transparente dos motoristas, o que obriga os novos prestadores a comprarem o título dos antigos”.

Expedito explicou que a intenção do projeto é exatamente “corrigir uma distorção e fazer justiça” aos taxistas que dedicam 30 ou até 40 anos prestando serviços à população e depois sequer podem deixar como herança para os filhos o direito de prestação do serviço que detinham.

– Esse é um projeto de cunho social, dentro de uma verdadeira agenda positiva do Senado – destacou o autor.

Os senadores Eliseu Resende (DEM-MG), Jayme Campos (DEM-MT), Gerson Camata (PMDB-ES) e Flexa Ribeiro apoiaram a ideia.

SEGURANÇA PÚBLICA

O Brasil tem uma das maiores taxas de homicídios do mundo, cerca de 48 mil mortes por ano, e os crimes contra o patrimônio cresceram 23%, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Com base nesses dados, Regina Miki, coordenadora da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, defendeu, na Comissão de Constituição e Justiça, uma política nacional para a segurança pública. A conferência acontece em Brasília, de 27 a 30 deste mês.

CARTÕES DE CRÉDITO

As comissões de defesa do consumidor da Câmara e do Senado realizaram audiência pública conjunta para discutir o impacto das novas regras criadas em 2007 pelo Banco Central para as tarifas bancárias. A representante do Ministério da Justiça na audiência, Laura Schertel Mendes, apontou como principal falha da regulamentação o descontrole sobre a cobrança de serviços financeiros prestados pelos cartões de crédito.

TRANSPORTE COLETIVO

Por sugestão de Marconi Perillo (PSDB-GO) e Jayme Campos (DEM-MT), a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou audiência para discutir o transporte coletivo que atende a população do Entorno do Distrito Federal, formado por cidades de Goiás próximas a Brasília. Serão convidados para o debate os governadores do DF, José Roberto Arruda, e de Goiás, Alcides Rodrigues. A proposta foi motivada pelos frequentes confrontos entre usuários e empresas de ônibus.

REFORMA ELEITORAL

A proposta para que uma amostragem dos votos registrados nas urnas eletrônicas passe a ser também impressa e guardada pela Justiça Eleitoral, para auditoria dos resultados, dividiu a opinião dos especialistas em segurança de sistemas de votação durante a audiência conjunta nas comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia. A medida está prevista no projeto da reforma eleitoral (PLC 141/09) aprovado na Câmara que começa a ser debatido no Senado.

mercosul

Novo presidente quer unir a sociedade ao parlamento

O parlamentar uruguaio Juan José Domínguez, da Frente Ampla, assumiu a presidência do Parlamento do Mercosul (Parlasul) para os próximos seis meses.

Ele se diz disposto a aproximar o Parlasul das sociedades dos países que integram o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e afirma que vai priorizar o estímulo à agricultura familiar e a solução dos problemas de infraestrutura que ainda dificultam a integração entre os países do Mercosul.

Domínguez entrou para a guerrilha nos anos 60, como in-

tegrante dos Tupamaros. Lutou contra a ditadura militar em seu país e passou mais de 16 anos na prisão, além de um ano na clandestinidade.

Agora, preside um parlamento que se prepara para, nos próximos anos, receber representantes eleitos por cada um dos países do bloco. No dia da posse, foi celebrado acordo que permitirá a eleição de bancadas segundo o critério da proporcionalidade atenuada. O mesmo acordo determina o início dos estudos para a criação de um tribunal do Mercosul

– Temos passado por pro-



Renato Casagrande (E), Valdares, Flexa Ribeiro, Flávio Torres e Augusto Botelho: aprovação por unanimidade

Repúdio à “escalada de autoritarismo” de Chávez

Para Flexa Ribeiro, autor do pedido, além das denúncias, são evidentes as ações do presidente venezuelano para limitar a liberdade de imprensa

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou, na quinta-feira, um voto de repúdio à “escalada de autoritarismo” do governo da Venezuela. O voto foi requerido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que acusou o presidente venezuelano Hugo Chávez de cercear a liberdade de imprensa naquele país.

Na opinião do senador Flexa Ribeiro, o autoritarismo do presidente venezuelano começou a ficar mais evidente quando Chávez decidiu não renovar a concessão de funcionamento da

emissora de televisão RCTV, que fazia oposição ao seu governo.

– Desde então, Chávez intensificou suas ações contra a liberdade de imprensa, um dos pilares da democracia, e retirou do ar mais de 200 emissoras de rádio. Precisamos dar uma demonstração de apoio à plena democracia na Venezuela – disse Flexa Ribeiro.

O requerimento foi aprovado por todos os senadores presentes. No entanto, dois parlamentares – Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) – chegaram a solicitar o adiamento da

votação, por causa do pequeno número de senadores que se encontrava na comissão naquele momento.

Suplicy lembrou ainda que, em reunião realizada na segunda-feira, em Montevidéu, o Parlamento do Mercosul decidiu enviar uma delegação da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos à Venezuela em setembro, para verificar a situação da liberdade de imprensa.

O senador Flexa Ribeiro insistiu na votação imediata e contou com o apoio do senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Dois outros requerimentos de Flexa Ribeiro foram aprovados pela CRE. O primeiro pede audiência pública sobre o acordo com o Paraguai para a compra da energia produzida na usina de Itaipu e o segundo determina a realização de novos debates sobre o desenvolvimento da Amazônia, com a presença de reitores de todas as universidades federais da região. A CRE decidiu ainda promover outras audiências sobre:

- A expulsão de famílias brasileiras de terras na Bolívia, a pedido de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC);
- A compra de submarinos franceses pela Marinha, a pedido de Eduardo Azeredo (PSDB-MG); e
- O reequipamento das Forças Armadas, a pedido de Cristovam Buarque (PDT-DF).

FUNDO PARA EDUCAÇÃO NO MERCOSUL

A criação do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul também foi aprovada pela CRE. Segundo o voto do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), trata-se de um “importantíssimo acordo do sistema Mercosul”. O senador recorda que, com a decisão, o Mercosul está criando mais uma estrutura orçamentária supranacional, que vem se somar ao Fundo de Convergência Estrutural do bloco, o Focem. O projeto será agora submetido ao Plenário. Recebeu ainda parecer favorável da CRE o Projeto de Lei do Senado 235/09, da CPI da Pedofilia, que veda a concessão de visto a estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual. O relator foi Romeu Tuma (PTB-SP).



GERALDO MAGELA

Músico e barbeiro na juventude, Juan Domínguez foi integrante do grupo de guerrilha Tupamaros, nos anos 60

blemas bastante difíceis, mas estamos totalmente conscientes de que temos que ir à proporcionalidade atenuada, que já está no protocolo, nada é imprevisível – disse ele à Agência Senado.

Comissão vai à Venezuela para verificar censura à imprensa

As ameaças à liberdade de expressão na Venezuela serão tema de encontros de integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul com representantes do governo e da oposição da Venezuela. As reuniões acontecem em 13 e 14 de setembro, em Caracas.

Os integrantes da comissão tomaram a iniciativa depois de receberem denúncias de cidadãos venezuelanos e da Associação Internacional de Radiodifusão a respeito do fechamento de emissoras de rádio pelo governo. O ministro venezuelano das Comunicações, Diosdado Cabello, entrou em contato com a presidente da comissão, a parlamen-

tar paraguaia Mirtha Palacios, para se colocar à disposição dos parlamentares a fim de explicar o ponto de vista do governo da Venezuela. Ela aceitou o convite, mas os integrantes da comissão também ouvirão a oposição venezuelana.

– Esse é o tema do momento. Seria a primeira vez que o governo da Venezuela nos daria a oportunidade de ouvir a sua versão dos fatos – disse Mirtha.

A comissão do Parlasul aprovou ainda o “Informe de 2008 sobre a Situação dos Direitos Humanos no Âmbito do Mercosul”, elaborado pelo relator-geral, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

plenário

Mercadante permanece na Liderança do PT

Senador diz que fica no cargo porque Lula o deixou “em situação na qual não poderia dizer não”, mas espera que o partido “aprenda com esses erros”

Ao afirmar “não ter como dizer não ao presidente”, Aloizio Mercadante (PT-SP) justificou sua decisão de permanecer na Liderança do PT. O senador disse ter conversado com o presidente Lula e ter recebido na manhã da última sexta-feira carta em que Lula pede, “em nome da história e da caminhada conjunta há 30 anos”, como “velho amigo e sempre companheiro”, que Mercadante fique como líder do partido na Casa. Mercadante pediu desculpas à sua família, que queria sua saída “por considerar muito alto o custo que ele estava pagando por permanecer como líder”, e também a alguns companheiros que esperavam que ele deixasse o cargo.

– Esta Casa errou, meu governo errou, meu partido errou, porque essa não é uma solução que o Brasil espera e precisa. Só espero que a gente aprenda com esses erros e sejamos capazes de construir novas descobertas – disse o senador, referindo-se à decisão do Conselho de Ética de arquivar as representações e denúncias con-

tra o presidente do Senado, José Sarney. Ele se disse frustrado como líder “de uma bancada que lutou com todos os instrumentos para construir uma alternativa à crise do Senado, sem aceitar o caminho fácil da condenação sem defesa, do prejulgamento e do tribunal de exceção”.

Marina diz que eleitores darão resposta à crise

“Com certeza, a crise que estamos vivendo terá desdobramentos profundos na história do Brasil, da democracia e do Congresso”, afirmou Marina Silva (Sem partido-AC), ao oferecer solidariedade a Mercadante. “Eu não sei como podemos sair desta crise, mas os eleitores do Brasil terão a oportunidade de nos fazer sair dela em 2010”, completou.



Mercadante se diz frustrado com o arquivamento das representações e denúncias contra José Sarney

A senadora destacou que “reconhece os avanços alcançados pelo PT, embora não compreenda os retrocessos”. A mudança com que o Brasil tem sonhado tem a contribuição do PT, do presidente Lula, de tantas pessoas, “e não podemos perder o rumo quanto a isso”. A governabilidade, o ganho das eleições, não é apenas um cálculo de quantos palanques se terá nos estados e municípios, quanto tempo de televisão, quantos apoiadores, afirmou.

“Não investigar é trair nosso juramento”, diz Cristovam

“Como pode um regimento [do Conselho de Ética] ser maior que a decisão de um Plenário? Foi como se o Senado tivesse dado uma bofetada no povo dizendo: vocês não têm o direito de saber a verdade”, declarou Cristovam Buarque (PDT-DF), lamentando as decisões do conselho e da Mesa diretora do Senado de arquivar as denúncias e representações contra José Sarney (PMDB-AP).

– Os processos foram arquivados de maneira simplista, sem o menor pudor diante da opinião pública. Nós tentamos um recurso, mas em nome de um regimento nada foi revisto.

Na opinião de Cristovam, o Plenário poderia até votar pela absolvição de Sarney se convencido de sua inocência, mas as investigações não poderiam ser impedidas.

– O que a opinião pública quer saber é se as denúncias têm ou não consistência e se são ou não perdoáveis. Não investigar é trair o juramento que fizemos de representar o povo – afirmou.

Para Simon, STF poderá ser acionado contra arquivamento

Apesar de recente reforma do Regimento do Conselho de Ética haver suprimido a possibilidade de recurso de suas decisões ao Plenário, o Regimento Interno do Senado admite provocação junto a essa instância para a revisão de decisões de todas as comissões da Casa, o que inclui o conselho, defendeu Pedro Simon (PMDB-RS).

Para o senador, o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá ser acionado para esclarecer a questão do arquivamento, pelo conselho, de pedidos para que o presidente da Casa, José Sarney, fosse investigado.

Simon ainda comentou a decisão de Mercadante de não deixar a Liderança do PT a pedido do presidente Lula, feito por meio de uma carta. “A sensação que ficou é que houve um chamado de Deus que devia ser seguido contra todo e qualquer argumento. É muito rápida a transformação de um deus em ditador. Às vezes, há ditadores que não precisam usar armas, basta usar cartas”, disse.

Falta combater desigualdades regionais

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o governo do presidente Lula pela ausência de políticas para eliminar as desigualdades regionais, na sua avaliação o problema mais sério do país. Conforme o senador, os recursos federais continuam sendo aplicados de forma mais concentrada no Sul e no Sudeste, ficando as demais regiões com poucas condições para investir em obras de infraestrutura, geração de empregos e implantação de indústrias.

Segundo Mozarildo, ao investir pesadamente no Sul e no Sudeste, o governo “trabalha” contra os interesses dessas mesmas regiões.

– Ao dar melhores condições de vida no Sul e no Sudeste, a população pobre das outras regiões é atraída para lá, aumentando as demandas sociais nessas duas regiões. Não há jeito de corrigir se nós não invertermos essa política.

Suplicy anuncia Renda Mínima em município paulista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou como fato histórico a decisão do prefeito da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, José Augusto de Guarnieri Pereira, de apresentar projeto de lei para a adoção do Programa de Garantia de Renda Mínima no município. Suplicy avaliou que a iniciativa do prefeito, encaminhada à câmara municipal, vai conferir à cidade a condição de primeira a implantar o programa no país.

Suplicy contou que o projeto descreve a intenção do prefeito de promover “a harmonização entre o desenvolvimento econômico sustentável e a aplicação dos princípios de justiça, que signifiquem a prática da solidariedade entre os moradores e, sobretudo, para garantir mais dignidade para os habitantes.

Brasil vive uma ditadura política, afirma Mário Couto

O Brasil está vivendo uma ditadura política e o Congresso está submisso ao Poder Executivo, afirmou Mário Couto (PSDB-PA). O senador disse que o presidente Lula interfere nas decisões do Parlamento, quando deveria estar preocupado em resolver problemas sociais, como os da educação e da saúde, bem como em solucionar as demandas de aposentados e cuidar da manutenção das estradas brasileiras.

No que se refere aos aposentados, para Mário Couto, há desinteresse por parte do governo. Ele disse que a categoria promove reuniões e vigílias em todo o país há meses, sem que haja solução para as suas demandas. Nesta semana, destacou, uma comissão de senadores pedirá ao presidente da Câmara, Michel Temer, a inserção dos projetos do senador Paulo Paim (PT-RS) em benefício da categoria na pauta de votações daquela Casa.

Mão Santa defende preservação do sistema bicameral

O Senado representa o equilíbrio da nação e, caso viesse a ser fechado, o país seria dominado pelos três maiores estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), que passariam a ter maioria na Câmara dos Deputados, alertou o senador Mão Santa (PMDB-PI).

– O Senado brasileiro, que representa os estados, é grandioso, competente e corajoso e necessita ser preservado a qualquer custo para o bem do país e de sua população.

Mão Santa defendeu a manutenção do regime bicameral (Senado e Câmara), a exemplo do que ocorre na maioria dos países democráticos do mundo. Ele também voltou a sugerir o lançamento de candidatura própria do PMDB à Presidência da República nas eleições de 2010.

homenagem

Senadores lembram 100 anos sem Euclides da Cunha

O Senado homenageou Euclides da Cunha, o escritor que retratou no livro *Os sertões* o massacre de Canudos, no sertão da Bahia. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que requereu a sessão especial pelos cem anos da morte de Euclides da Cunha, disse que ele deve ser lembrado não só por ter revelado o Brasil atormentado, sofrido, desconhecido e à mar-

gem da história aos brasileiros de sua geração, mas também por ter chefiado a missão que fixou os limites entre o Brasil e o Peru.

Para o presidente do Senado, José Sarney, *Os sertões* “não tem a força da acusação, tem a força dos fatos”. Marconi Perillo (PSDB-GO) lembrou que o escritor sintetizou na obra a luta do camponês nordes-

tino pela sobrevivência, diante da extrema hostilidade do meio e do descaso dos governantes da época.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que o escritor morreu quando mal começara a escrever *Um paraíso perdido*, que trataria da Amazônia. Também se pronunciaram Marco Maciel (DEM-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flávio Arns (PT-PR).

Líder da Maçonaria pede ética na política e combate à corrupção

Na sessão especial do Plenário que homenageou a passagem do Dia do Maçom, em 20 de agosto, a ética na política e a atual crise enfrentada pelo Senado foram os temas mais abordados.

Um dos líderes da Maçonaria no país, o grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina, Rubens Ricardo Franz, lembrou que a instituição está envolvida em campanhas de

combate à corrupção e pediu aos brasileiros que fiquem alerta quanto ao comportamento desonesto de “uma minoria dos políticos”.

Autor da proposta de homenagem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a “verdade e a tolerância” como valores da Maçonaria e ressaltou a necessidade de que a democracia brasileira esteja cada vez mais pautada pela tolerância.

institucional

Reforma: Sarney prevê economia de R\$ 376,4 mi

Segundo o presidente da Casa, a reestruturação proposta pela Fundação Getúlio Vargas reduzirá cargos de chefia e mão de obra terceirizada

O Senado vai reduzir em R\$ 376,4 milhões anuais seus custos com mão de obra terceirizada, salários de efetivos e comissionados, obrigações patronais e outros custos com serviços terceirizados. A

informação foi dada pelo presidente da Casa, José Sarney, pouco depois de receber estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para uma reforma administrativa da Casa.

Ele informou também que se-

rão reduzidos em 43% os cargos de chefia nos níveis estratégico, intermediário e operacional. As assessorias de nível estratégico serão reduzidas de 13 para sete, e as diretorias, de 41 para seis.

No nível intermediário, Sarney disse que as atuais 89 assessorias serão reduzidas a 19, e as 95 chefias, a 81. No nível operacional, serão extintas as cinco assessorias, enquanto as 379 chefias cairão para 240.

Dizendo-se feliz por encerrar a primeira etapa da reforma no Senado, Sarney afirmou que uma das reformas mais urgentes no Brasil é a da administração pública, para racionalizar os serviços oferecidos à sociedade, sempre colocada à margem das prioridades nacionais.

– Vamos enfrentar um grande trabalho pela frente e, tenho certeza, o funcionalismo da Casa vai colaborar – afirmou.



Ao lado de Heráclito Fortes, José Sarney recebe do professor Bianor Cavalcanti relatório da Fundação Getúlio Vargas com a proposta de reforma administrativa

FGV propõe ainda controle de qualidade dos serviços

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) elaborou uma análise da estrutura organizacional da Casa e sugere uma série de mudanças administrativas, entre elas a redução de cargos, o enxugamento dos gabinetes dos senadores e mecanismos de controle de qualidade dos serviços prestados

pela Casa. A FGV recomenda ainda a terceirização dos serviços auxiliares, desaconselhando a “terceirização de pessoal”. Isso significa que o Senado contrataria os serviços e não os profissionais, diminuindo custos e simplificando a gestão. Em síntese, das atuais 38 secretarias, duas se manteriam, 23

seriam convertidas em departamentos, assessorias e controladoria, e 13 seriam eliminadas.

O relatório ainda recomenda baixar os 110 cargos identificados como de diretor para 41. A íntegra do documento está publicada no site do Senado: www.senado.gov.br.

Escritórios serão mantidos com verba indenizatória

A Mesa diretora definiu regras para o funcionamento dos escritórios mantidos pelos senadores em seus estados, nos quais somente poderão ser desenvolvidas ações ligadas ao exercício do mandato. Ficou estabelecido que as despesas de instalação e manutenção desses escritórios correrão por conta da verba indenizatória de cada senador.

Presidência do Senado anuncia a demissão de funcionária

A Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou nota na sexta-feira anunciando a demissão, “por zelo”, de Maria do Carmo de Castro Macieira. Ela era uma das funcionárias cuja nomeação – feita por ato secreto – havia sido convalidada pela Mesa diretora na semana passada. Segundo a nota, o presidente José Sarney procurou informar-se no Maranhão de quem se trata e soube que ela é

casada com um primo da governadora Roseana Sarney.

Apesar de observar que essa relação não configura parentesco de acordo com o Código Civil (artigo 1.595, parágrafo 1º), a nota alega haver dúvidas em relação à súmula sobre nepotismo baixada pelo Supremo Tribunal Federal em 2008. “Por zelo, o presidente pediu ao senador Mauro Fecury (PMDB-MA) que a exonerasse”, conclui a nota.

presidência

Secretaria de Imprensa lança site com informações oficiais

A Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado lançou uma nova página no site da Casa (<http://www.senado.gov.br/comunica/imprensa/>). Na página (acessível também pela opção ao final do menu à esquerda da página do Senado), é possível ter acesso a textos oficiais distribuídos a jornalistas, discursos do presidente e principais medidas da reestruturação administrativa do Senado, esclarecimentos sobre matérias, notas e

comentários divulgados na mídia e iniciativas e decisões oficiais.

De acordo com a Secretaria de Imprensa, a página pretende ser um apoio à cobertura jornalística das atividades da Presidência do Senado. Com isso, a secretaria espera facilitar a obtenção de informações oficiais sobre a rotina do presidente, tais como sua agenda diária, detalhes sobre audiências, notas, discursos, atos e ofícios.



José Sarney recebeu na quarta-feira o presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, que está em visita oficial ao Brasil. Sarney ressaltou o objetivo do presidente Lula de aproximar o Brasil da África, aprofundando relações diplomáticas e comerciais com os países do continente.

Sindicatos querem projeto sobre terceirização

José Sarney prometeu ao presidente regional do PT do Distrito Federal, Chico Vigilante, e a dez outros representantes sindicais encomendar à assessoria jurídica da Casa um projeto para disciplinar as empresas de terceirização de mão de obra. Para Vigilante, muitas delas atuam como máfias.

Presidente da Cruz Vermelha visita o Senado

Já o presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Jacob Kellenberger, conversou com Sarney sobre questões humanitárias, em especial na América Latina. – Nossa intenção é aumentar o diálogo sobre conflitos armados e suas consequências – afirmou Kellenberger.

APOIO AO VALE-CULTURA

Amigos há 50 anos de José Sarney, os produtores de cinema Luiz Carlos e Lucy Barreto visitaram o presidente para prestar-lhe solidariedade na crise por que passa a Casa e pedir-lhe apoio para o projeto do presidente Lula que cria o vale-cultura. Pela proposta, o governo dará incentivo fiscal à empresa que oferecer aos empregados um cartão magnético com saldo de até R\$ 50 para a compra de livro, ingresso para teatro ou qualquer outro bem cultural.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shesharenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando César Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Lei da Anistia: 30 anos de polêmica

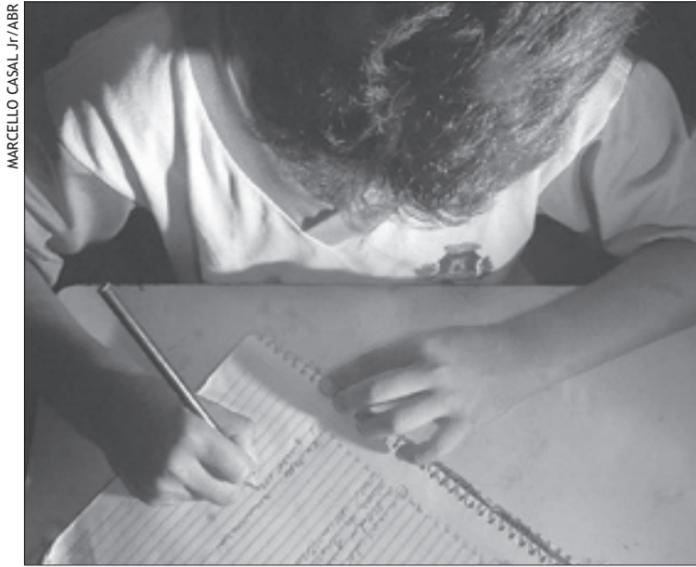
Há três décadas, no dia 28 de agosto de 1979, o então presidente João Batista Figueiredo assinava a Lei da Anistia, que beneficiou quase 5 mil brasileiros presos, cassados, banidos, exilados ou simplesmente demitidos, em razão da ditadura militar.

Trinta anos depois, várias entidades de defesa dos direitos humanos, famílias de torturados e assassinados, e a Ordem dos Advogados do Brasil entendem que a anistia não poderia ter beneficiado os que praticaram torturas e assassinatos. A Advocacia-Geral da União discorda e a decisão será do Supremo Tribunal Federal.

Em homenagem aos 30 anos da anistia, a Rádio Senado apresenta uma série de cinco reportagens, mostrando os fatos que levaram à aprovação da lei, a vida dos exilados e presos políticos, os movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, e a discussão da nova lei pelo Congresso. As reportagens vão ao ar, às 8h, desta segunda até sexta-feira, no *Conexão Senado*, e na segunda edição do *Senado Notícias*, às 22h.

Série Especial

Senado FM
24 a 28/8, segunda a sexta-feira, às 8h, no *Conexão Senado*; reprise, às 22h, no *Senado Notícias*
Internet: 24 a 28/8, segunda a sexta-feira



MARCELLO CASAL JR/ABR

O programa *Inclusão* fala com disléxicos, especialistas e instituições de apoio sobre o transtorno de aprendizado que atinge 15% da população mundial

Dislexia é distúrbio ou doença?

Apesar da grande dificuldade para assimilar o que é ensinado em sala de aula, disléxicos podem ser mais inteligentes que a média das pessoas

O programa *Inclusão* que a TV Senado exhibe neste sábado – “Dislexia: distúrbio ou doença?” – aborda esse transtorno de aprendizado que atinge 15% da população mundial, com incidência maior entre os homens e as crianças. Em entrevistas, portadores de dislexia e especialistas falam da importância do diagnóstico correto, que deve ser fornecido por uma equipe multidisciplinar formada por psicólogo, psicopedagogo e fonoaudiólogo. Explicam, entre outros detalhes, que o distúrbio está incluído na Classificação

Internacional de Doenças e que as causas da dislexia são neurobiológicas e genéticas.

O programa, que será reapresentado no domingo, apresenta ainda ações e programas públicos e privados que buscam soluções para os portadores de dislexia, como o trabalho desenvolvido desde 1983 pela Associação Brasileira de Dislexia.

Inclusão

TV Senado
29/8, sábado, às 11h30 e 22h30
30/8, domingo, às 9h e 17h

Rádio debate ciência e tecnologia

O Brasil é hoje um dos mais importantes países emergentes, considerado uma potência na área econômica. Mas até que ponto o país tem um avanço científico e tecnológico à altura da sua atual posição no mundo? Por que o Estado tem um papel tão determinante nessa área? Qual a importância de projetos como a base espacial de Alcântara e a construção do submarino de propulsão nuclear? Como

é o trabalho da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado?

Acompanhe o debate dessas questões na Rádio Senado.

Entrevista Especial

Senado FM e OC
24/8, segunda-feira, às 12h
Internet: 24/8, segunda-feira

MP ensina mulher a exigir respeito à lei

O Ministério Público, em parceria com organizações não governamentais e instituições de defesa dos direitos das mulheres, promove cursos para capacitar mulheres a atuar no combate a todo tipo de discriminação contra o sexo feminino.

Durante um ano, as alunas aprendem legislação e são instruídas sobre como exigir respeito a seus direitos. A maioria sai do curso apta a apoiar outras mulheres na defesa de seus direitos. No *Fique por Dentro da Lei* desta semana, a Rádio Senado conversa com Laís Cerqueira, do Ministério Público do Distrito Federal, sobre os cursos de promotoras legais populares.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
24/8, segunda-feira, às 10h
Internet: 24/8, segunda-feira

Congresso da Intercom no Estação da Mídia

O impacto das inovações digitais no jornalismo será debatido no 32º Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), entre 4 e 7 de setembro, em Curitiba. Esse é o tema do *Estação da Mídia*, que entrevista o professor de Comunicação Antonio Carlos Hohlfeldt, presidente da Intercom, que fala das vantagens e dos problemas do chamado jornalismo *on-line*, bem como das mudanças nos jornais impressos diante da concorrência com os sites de notícias.

O professor também analisa a situação dos cursos de Comunicação depois da decisão do Supremo Tribunal Federal que acabou com a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Estação da Mídia

Senado FM
25/8, terça-feira, às 7h30
Internet: 25/8, terça-feira



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Músico
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Músico
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Músico
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Músico
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Músico

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Reforma

"O principal motivo da crise no Congresso Nacional é culpa dos parlamentares, pois não fizeram uma reforma ampla. Mas, se os senadores tiverem iniciativa para essa mudança, com certeza terão a credibilidade da população."

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

Verbas

"Os senadores deveriam usar cartões de crédito para gastar as verbas de gabinetes e as verbas indenizatórias. Assim, os valores utilizados seriam enviados automaticamente para o site do Senado, a fim de que todos tomassem conhecimento do local da compra, do produto e do valor."

Gladyson Soares de Almeida Júnior, de Olinda (PE)

Respeito

"Os senadores da República oferecem hoje ao povo brasileiro uma demonstração do quanto são incapazes de demonstrar um mínimo de dignidade e respeito para com o país."

Ozeas Augusto Canuto, de Santos (SP)

Consciência

"Sugiro que os senadores coloquem a mão na consciência e trabalhem corretamente."

Jessé Ferreira Falcão, do Rio de Janeiro (RJ)

Crise

"O Senado brasileiro já abrigou grandes políticos. Na sua história, houve muitas vitórias, como o projeto que, posteriormente, tornaria lei a abolição da escravidão no Brasil. O Congresso foi criado para trazer democracia ao nosso país. E tem a função de criar e fiscalizar, ratificar ou alterar as normas capazes de harmonizar nossa sociedade. Hoje, o Senado vive uma triste realidade. Os legisladores se digladiam numa

luta de interesses individuais. A sociedade, perplexa, não entende por que seus representantes agem de maneira impertinente. A crise no Senado coloca em xeque a eficiência do Congresso e deixa em evidência uma das grandes feridas de nosso povo: a falta de compromisso na escolha dos legisladores."

Clebson Silva, de Varginha (MG)

Intervenção

"Diante de tudo que saiu na imprensa a respeito da pedofilia no estado do Pará, não seria hora de haver uma intervenção do governo federal no estado?"

Sandro Marinho da Silva, do Recife (PE)

Braile

"Sugiro que o **Jornal do Senado** seja distribuído em braile para todo cidadão com deficiência visual."

Anne Caroline Santana Guimarães, de Aracaju (SE)

NR.: O Senado já publica uma edição mensal em braile do **Jornal do Senado**. A tiragem, de cerca de 250 exemplares, é destinada exclusivamente a instituições ligadas aos cidadãos com deficiência visual.

Dedicação

"Quero mais uma vez parabenizar os senadores Cristovam Buarque, Marisa Serrano e Augusto Botelho pelo projeto de dedicação exclusiva para professores da educação básica. Isso só irá melhorar a qualidade da educação."

Moizes Budin, de União da Vitória (PR)

Marina

"Achei muito digna a atitude tomada pela senadora Marina Silva. Fiquei muito feliz com sua postura. Espero que o Partido Verde tenha respeito pela senadora, que muito vem contribuindo para o Brasil."

Álvaro Barros, de Natal (RN)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Esta Casa não é de dar golpe, mas já recebeu muitos golpes. Realmente, poderia ao menos haver, já que não há respeito político a muitas questões que antecederam a eleição de Sarney, respeito ao ser humano, à família e ao cidadão Sarney

Papaléo Paes, lamentando o noticiário da imprensa contra Sarney.



GERALDO MAGELA

O Haiti não é aqui, não; o Haiti é lá mesmo

Flávio Torres, sobre as péssimas condições de vida naquele país.

A Receita corrige as parcelas que ela nos deve. Sobre o que nós devemos à Receita, se iria ser pago em oito vezes e agora será em nove, por que não haverá correção? Isso não tem cabimento. Se o que a gente recebe, corrigido é; o que a gente paga corrigido tem que ser

Ideli Salvatti, defendendo emenda do senador João Tenório para manter multas e correção no IR parcelado.



Nunca, na minha vida, cassei o mandato de ninguém por uma questão íntima, acho que o Senado não é para isso, que o Parlamento não é para isso. Se para ser senador tenho de cassar mandatos, não serei senador nunca, nem parlamentar. Acho que esse é o campo da Justiça e não o campo do Parlamento

Sérgio Guerra, em resposta ao presidente do Senado, José Sarney.

Hoje é o dia em que o PT abraça o Sarney e o Collor, e a Marina [senadora Marina Silva] sai. Triste dia este, para o PT. Para a biografia do presidente Sarney, este é o pior dia

Pedro Simon, na reunião do Conselho de Ética em que foram rejeitados os recursos contra as representações contra o presidente do Senado.

Como podemos nos apresentar lá fora com essa mancha tão vergonhosa? Na Alemanha e na França, há agente de saúde só para cuidar das gestantes

Rosalba Ciarlini, a respeito da alta taxa de mortalidade materna no Brasil.

pergunte ao senador

Participação de servidores em licitação

"Há uma lei determinando que funcionário público não pode participar de licitação. Ele também não poderia se candidatar a cargos políticos?"

Alexandra Mário Freitas, de Arcos (MG)

O senador **Eduardo Azeredo (PSDB-MG)** responde:
O funcionário público pode participar de uma licitação desde que não seja diretamente envolvido. Se ele não for funcionário da empresa que está fazendo a licitação, evidentemente que não há inconveniente. Se ele for membro da comissão de licitação, aí é claro que ele não pode participar, porque é parte interessada. Com relação às eleições, o funcionário público pode participar normalmente. Inclusive, tem direito a uma licença de três meses para se candidatar.



MÁRCIA KALUJNE

Com informações da Rádio Senado

Lei simplifica formalização de autônomo

Mais de 10 milhões de trabalhadores autônomos que estão na informalidade no país podem agora tornar-se microempreendedores individuais e ter garantidos benefícios previdenciários, como aposentadoria, auxílio-doença e licença-maternidade. Desde 1º de julho, está em vigor a Lei Complementar 128/08, que permite a cabeleireiros, eletricitistas e costureiras, entre outros, que ganhem até R\$ 3 mil mensais regularizar sua situação tributária, pagando um valor fixo de pouco mais de R\$ 50 por mês.



Incentivo à formalização de microempreendedores alcança profissionais como o cabeleireiro Antônio Rabelo, que tem 30 anos de experiência, não possui salão de beleza e atende nas casas dos clientes em Brasília

Adelmir destaca efeito na autoestima

Adelmir Santana (DEM-DF), que relatou, no Senado, o projeto de lei do microempreendedor individual, salienta as vantagens da formalização para os autônomos.

— Há um ganho na autoestima para esses trabalhadores, que, antes, poderiam até ter vergonha de falar a sua família sobre sua atividade, sendo chamados muitas vezes de mangaios e marreteiros. Agora, camelôs e ambulantes podem ter cobertura previdenciária e acesso a créditos bancários, sendo chamados de microempreendedores individuais — avalia.

Na Câmara e no Senado, lembrou ele, a tramitação do projeto de lei foi consensual, pois a proposta permite a formalização de milhões de empreendedores, ao mesmo tempo em que angaria recursos para a Previdência Social.

Benefícios são muitos e o custo é baixo

Trabalhadores autônomos que ganham até R\$ 3 mil mensais agora podem ingressar no sistema previdenciário brasileiro como empresários individuais e obterem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). As vantagens garantidas pela Lei Complementar 128/08 vão desde a cobertura previdenciária para o microempreendedor e sua família até a facilidade de abertura de conta bancária, pedido de empréstimos e emissão de notas fiscais.

Enquadrado no Simples

Nacional – sistema simplificado de tributação das micro e pequenas empresas –, o microempreendedor individual fica isento do Imposto de Renda, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), todos impostos federais.

O advogado Rodolfo Ferroni, especialista em Direito Tributário, informa que o Comitê Gestor do Simples Nacional,

vinculado à Receita Federal, definiu os valores mensais que serão recolhidos até dezembro deste ano. Empreendedores do comércio e da indústria devem pagar R\$ 52,15, destinados à Previdência Social e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Prestadores de serviços arcam com R\$ 56,15, referentes à contribuição previdenciária e ao Imposto Sobre Serviços (ISS). Já o valor para atividades mistas (comércio ou indústria e serviços) está fixado em R\$ 57,15.

Sistema deve estar disponível em todo o país em outubro

Existem 10,3 milhões de empreendedores atuando na informalidade no país, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse total, 31% estão no estado de São Paulo. Pelos números do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), são 11 milhões os microempreendedores individuais informais.

Atualmente o sistema está disponível apenas no Distrito Federal e em São Paulo, Rio

de Janeiro e Minas Gerais. A previsão do Ministério do Desenvolvimento é de que todos os estados estejam participando do programa até 1º de outubro.

O processo de formalização não tem nenhum custo. Uma rede de empresas de contabilidade optantes do Simples Nacional está disponível para fazer a assessoria contábil gratuita para o registro da empresa e a primeira declaração anual simplificada.

Vantagens da formalização

- ✓ Cobertura previdenciária: auxílio-doença, aposentadoria por idade após carência, salário-maternidade, pensão e auxílio-reclusão.
- ✓ Contratação de um funcionário com menor custo: é possível registrar um empregado pagando 3% referentes à contribuição previdenciária e 8% destinados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do salário mínimo por mês (valor que atualmente totaliza R\$ 51,15). O empregado contribui com 8% do seu salário para a Previdência.
- ✓ Isenção de taxas para o registro da empresa na junta comercial e concessão de alvará.
- ✓ Menos burocracia: uma única obrigação anual, de declaração do faturamento – que pode ser feita pela internet –, para se manter formalizado.
- ✓ Acesso a serviços bancários: formalizado, o microempreendedor tem condições de obter crédito junto aos bancos, principalmente os públicos, que estão estudando redução de tarifas e taxas de juros adequadas.
- ✓ Compras e vendas em conjunto por meio da formação de consórcio de fins específicos.
- ✓ Apoio técnico do Sebrae.

Condições para ser participante

- ✓ Ser autônomo, com renda de até R\$ 3 mil mensais.
 - ✓ Não ter participação em outra empresa como sócio, administrador ou titular.
 - ✓ Ter apenas um empregado contratado que receba salário mínimo ou o piso da categoria.
 - ✓ Exercer atividades em uma das seguintes categorias:
 - comércio em geral;
 - indústria em geral;
 - serviços de natureza não intelectual sem regulamentação legal, por exemplo: ambulante, camelô, lavanderia, salão de beleza, artesão, costureira, lava-jato, chaveiro, organização de festas, encanador, borracheiro, entre outros;
 - escritórios de serviços contábeis;
 - prestação de serviços de creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras e de artes, entre outros.
- Obs.: Para mais atividades permitidas, veja o Portal do Empreendedor.

Como se inscrever

- ✓ Consulte a prefeitura para informar-se sobre a necessidade de autorização para o exercício da atividade, mesmo que o local seja sua residência. Pode-se também procurar o Sebrae para verificar o preenchimento dos requisitos e receber orientação.
- ✓ Acesse o Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br) e, antes de se cadastrar, faça uma pesquisa para saber se o nome escolhido para a empresa está disponível. Se não estiver, o sistema dará opções de outros nomes. O CNPJ e o número de inscrição na junta comercial são obtidos imediatamente, gerando

um documento que deve ser impresso, assinado e encaminhado à junta comercial, acompanhado de cópia da identidade e do CPF.

✓ É possível também fazer a formalização com a ajuda de empresas de contabilidade optantes pelo Simples Nacional (relação disponível no Portal do Empreendedor).

✓ O pagamento mensal dos valores à Previdência Social e para o estado (ICMS) e município (ISS) será feito por meio do documento único de arrecadação (DAS), gerado pelo portal. O pagamento pode ser feito na rede bancária e em casas lotéricas até o dia 20 de cada mês.

Projetos beneficiam trabalhador autônomo

PLS 20/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), isenta de IPI veículos para transporte coletivo de estudantes cooperados por profissionais autônomos e suas cooperativas. Aprovado nas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), foi enviado este mês à Câmara.

PL 5.099/09, do deputado Jefferson Campos (PDT-SP), permite que pequenas empresas e autônomos possam manter a própria residência como sede de sua empresa. Está na Câmara.

PL 6.401/05, do deputado Severiano Alves (PDT-BA), cria o grupo de atividades de trabalhadores autônomos no quadro de atividades e profissões da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na Câmara dos Deputados.

Saiba mais

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
www.portaldoempreendedor.gov.br

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Central de atendimento: 0800 570 0800
www.sebrae.com.br/atendimento

Ministério da Previdência Social
Central de atendimento: 135
www.previdencia.gov.br

Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon)
www.fenacon.org.br